INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

068/2024

Protocolo: 3420/2024

***Objeto:* "Contratação do Clube Atlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município."**

Tramitação de Processo

PIÊN PREFEITURA

Processo: **3420/2024** Data: **12/06/2024 15:52** Situação: **Encaminhado**

Requerente: **Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer** Documento:

Contato: **Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer - Tel: 4136321457 - cultura@pien.pr.gov.br**

2

Assunto: **Protocolo Geral**

Descrição: Contratação do Clube Athlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município.

Ocorrência: 1 Data: 12/06/2024 15:52:52 Previsão: 17/06/2024

De: Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco Para: ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO

Fase/Etapa: Geral/Abertura Confirmação: OK

Descrição: Abertura do processo

ANEXOS/ASSINATURAS

Anexo	Descrição	Assinatura	Assinado em
TERMO DE REFERÊNCIA.pdf	Contratação do Clube Athlético		
Requerimento.pdf	Contratação do Clube Athlético		
2024 Plano Social - Proposta Comercial	Orçamento		
Ata CA nomeacao Diretoria Executiva 08 01	ATA		
Certidão de Falencia.pdf	Certidão de Falência		
Certidao Estadual - Validade 05.03.2024.pdf	Certidão Estadual		
Certidão Federal - Validade 28.07.24.pdf	Certidão Federal		
Certidão FGTS - validade 26.03.24.pdf	Certidão FGTS		
Certidão Municipal Validade 22.04.2024.pdf	Certidão Municipal		
Estatuto Social 2022(Contrato Social).pdf	Estatuto Social		
Modelo de Contrato Social (Prefeitura) -	Contrato Social		

Ocorrência: 2 Data: 12/06/2024 15:53:53 Previsão: 07/07/2024

De: Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco Para: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

Fase/Etapa: Geral/Encaminhar Confirmação: não

Descrição: Contratação do Clube Athlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município.

Autenticidade: TX4X4S72J2XMH9T9F - Validação pelo link: http://pienprscp.equiplano.com.br:5355/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/355 - Impresso por Daniele Cieslinsky em 13/06/2024 10:25:06

Rua Amazonas, 256
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1457

Órgão requisitante:	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
Nº requerimento:	011/2024
Data:	12/06/2024

Descrição do objeto a ser contratado:

Contratação do Clube Athlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	- Licença de 3 anos; - 120 kits contendo camiseta, calção e meião.	unitário	120

Justificativa:

A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer solicita a contratação do Clube Athlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol de Campo em nosso Município a qual passará a chamar "Escoa Furacão".

Com vistas ao incentivo da prática do esporte por crianças, adolescentes e jovens do Município de Piên, a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer visando fomentar a prática do esporte, buscou junto ao Clube Athlético Paranaense uma parceria visando oferecer aos atletas conhecimentos e metodologias utilizadas por profissionais.

O Clube Athlético Paranaense tem por finalidade o desenvolvimento das relações sociais por meio da prática de atividades recreativas, culturais, artísticas e esportivas. O projeto visa o aprendizado do futebol e a prática esportiva, além do desenvolvimento de atividades que irão preparar os alunos para se tornarem cidadãos, conscientes e ativos, podendo se tornarem atletas da modalidade.

Através dos projetos sociais das Escolas de Futebol Furacão a Fundação Club Athletico Paranaense busca a ampliação do impacto social através dos seguintes pilares;
- Inclusão Esportiva e Educacional;
- Desenvolvimento humano e protagonismo comunitário;
- Vida saudável e combate ao uso de drogas.

Pilares estes, que também são empregados em nossa Secretaria e Município.

Rua Amazonas, 256
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1457

Conforme prevê Lei 14.133/21:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II – Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? ( ) Sim (X) Não

Dotação Orçamentária:

09.002.27.812.0011.2025. 3.3.90.39.00.00

Recurso
( ) Federal
( ) Estadual
(X) Próprio

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
Rua Campo Grande, 184 – Ginásio de Esportes Claudio de Oliveira Mendes, Bairro Avencal – Piên PR.

Horários:
Das 08:00hs até às 17:00hs.

Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
Prazo de entrega em até 30 dias.

Responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:
ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO – Assessor de área III - Cultura – Matrícula 4765897.

Eleonara A. C. Laurindo
ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO
Assessor de área III – Cultura
Matrícula 4765897

Adriana B. Franco
Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco
SECRETÁRIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA

SÚMARIO

1. **Objeto**
2. **Especificações**
3. **Justificativa**
4. **Fonte Orçamentária**
5. **Documentos de Habilitação Técnica**
6. **Local de entrega**
7. **Recebimento e Critério de aceitação**
8. **Acompanhamento e Fiscalização**
9. **Obrigações da contratada**
10. **Obrigações da Contratante**
11. **Legislação Aplicada**
12. **Vigência**
13. **Fontes de Pesquisa**

nserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

1. OBJETO

Contratação do Clube Athlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

Descrição do objeto a ser contratado:
Contratação do Clube Athlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	- Licença de 3 anos; - 120 kits contendo camiseta, calção e meião.	unitario	120

3. JUSTIFICATIVA

3.1.

A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer solicita a contratação do Clube Athlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol de Campo em nosso Município a qual passará a chamar "Escoa Furacão".

Com vistas ao incentivo da prática do esporte por crianças, adolescentes e jovens do Município de Piên, a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer visando fomentar a prática do esporte, buscou junto ao Clube Athlético Paranaense uma parceria visando oferecer aos atletas conhecimentos e metodologias utilizadas por profissionais.

O Clube Athlético Paranaense tem por finalidade o desenvolvimento das relações sociais por meio da prática de atividades recreativas, culturais, artísticas e esportivas. O projeto visa o aprendizado do futebol e a prática esportiva, além do desenvolvimento de atividades que irão preparar os alunos para se tornarem cidadãos, conscientes e ativos, podendo se tornarem atletas da modalidade.

Através dos projetos sociais das Escolas de Futebol Furacão a Fundação Club Athletico Paranaense busca a ampliação do impacto social através dos seguintes pilares;
- Inclusão Esportiva e Educacional;

nserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

- Desenvolvimento humano e protagonismo comunitário;
- Vida saudável e combate ao uso de drogas.

Pilares estes, que também são empregados em nossa Secretaria e Município.

Conforme prevê Lei 14.133/21:

Art. 75 É Dispensável a licitação:

II. Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras

4. FONTE ORÇAMENTARIA

4.1. 09.001.13.392.0010.2024- 3390-39-00-00

5. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. LOCAL: Rua Campo Grande, 184 – Ginásio de Esportes Claudio de Oliveira Mendes, Bairro Avencal – Piên PR.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão recebidos:
* No dia do evento, para efeito da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta.

6.1.1.
Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1. NOME E MATRÍCULA DO FISCAL CONFORME PORTARIA VIGENTE.
ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO Assessor de área III – Cultura - Matrícula 4765897

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/21.
7.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

nserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada obriga-se a:

8.1.1. Efetuar a entrega dos serviços nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço.

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

8.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

8.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.1.8. Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.

8.1.8.1 No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Contratante obriga-se a:

9.1.1. Receber os serviços, disponibilizando local, data e horário;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

11. LEGISLAÇÃO APLICADA

11.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/21.

nserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

13. FONTES DE PESQUISA

13.1. LOCAIS ONDE FORAM REALIZADAS AS COTAÇÕES.

CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE

Elaborado em 12 de junho de 2024.

Alexandra Ap. C. Laurindo.

ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO
Assessor de área III – Cultura –
Matrícula 4765897

Adriana F. Franco

Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco
SECRETÁRIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

nserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

ESCOLA DE FUTEBOL FURACÃO

ORÇAMENTO DE MATERIAIS

A/C - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEN -PR

QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
120 kits treinamento (kit aluno)	R$ 220,00	R$ 26,400,00
	total	**R$ 26.400,00**

Kit treino Aluno: - Camisa UMBRO vermelha e preta rubro-negra – 100% poliéster

- Calção UMBRO preto 100% poliéster

- Meião UMBRO preto 54% poliamida 45%Algodão 1%elastano

CLUB ATHLETICO PARANAENSE – CNPJ: 76.710.649/0001-68

ESCOLA DE FUTEBOL FURACÃO

Derek Vellozo

Administrador Escola

ATHLETICO
PARANAENSE
1924

11

Exmo. Sr. Oficial Titular do Iº Ofício de Títulos e Documentos de Curitiba.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE, pessoa jurídica de direito privado, comparece respeitosamente perante Vossa Senhoria para requerer o registro da Ata da Reunião do Conselho Administrativo do Club Athletico Paranaense realizada no dia 08 de janeiro de 2024.

Respeitosamente,
Pede Deferimento.

Curitiba, 09 de janeiro de 2024.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE
Mario Celso Petraglia
Conselho Administrativo
Presidente

1 SERVIÇO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
JOSÉ MENDES CAMARGO - Titular

Rua Marechal Deodoro, 869 - 5º andar
sl 504 - Centro - CEP 80.060-010
Curitiba - PR - Tel./Fax: (41) 3016-9007
www.1srtdcamargo.com.br

PROTOCOLADO SOB Nº 1.013.595
REGISTRADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.217.919
AVERBADO À MARGEM DO Nº DE ORDEM 8.656 Livro "A"
Curitiba-PR, 11 de janeiro de 2024.
Emolumentos: R$27,70(VRC 3,00) Funrejus: R$11,07, ISSQN: R$1,44,
FUNDEP: R$1,80, Selo: R$3,50 . Fotocópia: R$4,16, Digitalização: R$4,16.
Total: R$ 53,81

José Mendes Camargo Michelle Mendes Camargo
Audrey Mansur Nejm Diomar Ajala Balieiro
Lisete Mendes Camargo Paola Mendes Camargo

ESTÁDIO ATHLETICO PARANAENSE
Rua Buenos Aires, 1270
Água verde CEP: 80250-070
TEL +55 41 2105 5600
FAX +55 41 2105 5637

CENTRO ADM. E TÉCNICO
ALFREDO GOTTARDI
Estrada do Ganchinho, 1451
Umbará CEP: 81935-006
TEL/FAX +55 41 2105 5500

ATHLETICO.COM.BR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

ATHLETICO
PARANAENSE
1924

Serviço de Registro de Pessoas Jurídicas
1º SRPJ
CURITIBA - PR

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

08.01.2024

Aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 10h00min, em ambiente virtual, reuniram-se os integrantes do Conselho Administrativo do Club Athletico Paranaense abaixo assinados para, na forma do art. 78, inciso I, do Estatuto Social, nomear a Diretoria Executiva. Aberta a sessão, o Conselho Administrativo decidiu, por unanimidade dos presentes, deliberar a nova constituição da Diretoria Executiva, com a nomeação do **Sr. ALEXANDRE BARREIRA LEITÃO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG sob nº. 37378139-8, inscrito no CPF/MF nº 025.314.797-24 para o cargo de **Diretor Superintendente**; com a nomeação do **Sr. MÁRCIO LARA**, brasileiro, divorciado, Engenheiro Eletricista, portador da Carteira Profissional de Identidade nº. 20690/CREA-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 514.459.999-00 para o cargo de **Diretor Financeiro**; com a nomeação do **Sr. FERNANDO AVELINO VOLPATO**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletrônico, portador da cédula de identidade RG sob nº. 5.585.523 e inscrito no CPF/MF sob o nº. 356.052.359-15 para o cargo de **Diretor de Patrimônio** e, por fim, com a nomeação do **Sr. RODRIGO GAMA MONTEIRO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR 43.565, portador do RG nº 8.626.694-6/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 046.019.519-09 para o cargo de **Diretor Jurídico**. Nesta ocasião, convalidam-se todos os atos praticados até a presente data pela Diretoria Executiva anteriormente nomeada. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente em exercício do Conselho

ESTÁDIO ATHLETICO PARANAENSE
Rua Buenos Aires, 1270
Água verde CEP: 80250-070
TEL +55 41 2105 5600
FAX +55 41 2105 5637

CENTRO ADM. E TÉCNICO
ALFREDO GOTTARDI
Estrada do Ganchinho, 1451
Umbará CEP: 81935-006
TEL/FAX +55 41 2105 5500

ATHLETICO.COM.BR

Clicksign 06acf2b1-daa6-461f-b684-1c5643bf2ff8

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.


ESTADO DE SÃO PAULO

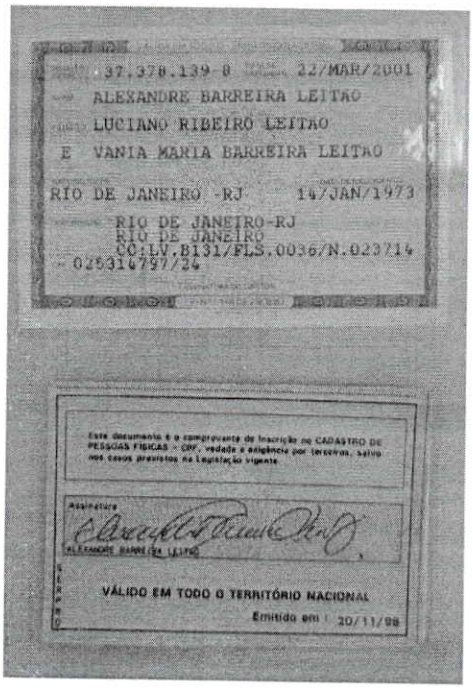
MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF – CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
ALEXANDRE BARREIRA LEITAO

Nº de inscrição
025314797-24

Data do Nascimento
14/01/73


37.378.139-8 22/MAR/2001
ALEXANDRE BARREIRA LEITAO
LUCIANO RIBEIRO LEITAO
E VANIA MARIA BARREIRA LEITAO
RIO DE JANEIRO -RJ 14/JAN/1973
RIO DE JANEIRO-RJ
RIO DE JANEIRO
CO:LV.B131/FLS.0036/N.023714
025314797/24

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura
ALEXANDRE BARREIRA LEITAO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 20/11/98

ATHLETICO
PARANAENSE
1924

Serviço de Registro de Pessoas Jurídicas
1° SRPJ
CURITIBA - PR

14

Administrativo deu por encerrada a reunião, da qual eu, Henrique Gaede, lavrei a presente ata, assinada por todos os integrantes do Conselho Administrativo.

Mario Celso Petraglia
Presidente

Luiz Alberto Kuster
Primeiro Vice-Presidente

José Lucio Glomb
Segundo Vice-Presidente

Henrique Gaede
Membro

1 SERVIÇO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
JOSÉ MENDES CAMARGO - Titular

Rua Marechal Deodoro, 869 • 5° andar
sl 504 • Centro - CEP 80.060-010
Curitiba • PR • Tel./Fax: (41) 3016-9007
www.1srtdcamargo.com.br

PROTOCOLADO SOB N° 1.013.595
REGISTRADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.217.819
AVERBADO À MARGEM DO Nº DE ORDEM 8.656 Livro "A"
Curitiba-PR, 11 de janeiro de 2024.
Emolumentos: R$27,70(VRC 3,00) Funrejus: R$11,07, ISSQN: R$1,44,
FUNDEP: R$1,80, Selo: R$3,60 Fotocópia: R$4,16, Digitalização: R$4,16.
Total: R$ 53,81

José Mendes Camargo Michelle Mendes Camargo
Audrey Mansur Nejm Diomar Ajala Balleiro
Lisete Mendes Camargo Paola Mendes Camargo

ESTÁDIO ATHLETICO PARANAENSE
Rua Buenos Aires, 1270
Água verde CEP: 80250-070
TEL +55 41 2105 5600
FAX +55 41 2105 5637

CENTRO ADM. E TÉCNICO
ALFREDO GOTTARDI
Estrada do Ganchinho, 1451
Umbará CEP: 81935-006
TEL/FAX +55 41 2105 5500

ATHLETICO.COM.BR

Clicksign 05acf2b1-d3a5-461f-b684-1c5643bf2ff8

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

Ata CA nomeação Diretoria Executiva 08 01 2024.pdf

Documento número #06acf2b1-daa5-461f-b684-1c5643bf2ff8

Hash do documento original (SHA256): e4b2dda26a79eeae426d36906fdc6c5d56a7a61a40982ae914021bf41f43bd39

Assinaturas

Mario Celso Petraglia
CPF: 003.055.459-49
Assinou como presidente em 08 jan 2024 às 16:05:41

Henrique Gaede
CPF: 519.821.619-49
Assinou como parte em 08 jan 2024 às 16:31:17

Luiz Alberto Kuster
CPF: 357.613.009-82
Assinou como parte em 08 jan 2024 às 15:56:20

José Lucio Glomb
CPF: 184.929.679-00
Assinou como parte em 08 jan 2024 às 16:28:42

Serviço de Registro de Pessoas Jurídicas
1° SRPJ
CURITIBA - PR

Log

08 jan 2024, 15:50:02	Operador com email felipe.zampieri@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f criou este documento número 06acf2b1-daa5-461f-b684-1c5643bf2ff8. Data limite para assinatura do documento: 07 de fevereiro de 2024 (15:40). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
08 jan 2024, 15:50:03	Operador com email felipe.zampieri@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: etlin@terra.com.br para assinar como presidente, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Mario Celso Petraglia.
08 jan 2024, 15:50:03	Operador com email felipe.zampieri@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: gaede@gsga.com.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Henrique Gaede.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

08 jan 2024, 15:50:03	Operador com email felipe.zampieri@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: luiz.kuster@tijoa.com para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Luiz Alberto Kuster.
08 jan 2024, 15:50:03	Operador com email felipe.zampieri@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: lucio@glomb.com.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo José Lucio Glomb.
08 jan 2024, 15:56:20	Luiz Alberto Kuster assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail luiz.kuster@tijoa.com. CPF informado: 357.613.009-82. IP: 177.26.76.212. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.813889575212087 e longitude -43.24833570983563. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.712.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
08 jan 2024, 16:05:41	Mario Celso Petraglia assinou como presidente. Pontos de autenticação: Token via E-mail etlin@terra.com.br. CPF informado: 003.055.459-49. IP: 177.174.244.137. Componente de assinatura versão 1.712.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
08 jan 2024, 16:28:42	José Lucio Glomb assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail lucio@glomb.com.br. CPF informado: 184.929.679-00. IP: 172.225.223.17. Componente de assinatura versão 1.712.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
08 jan 2024, 16:31:17	Henrique Gaede assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail gaede@gsga.com.br. CPF informado: 519.821.619-49. IP: 187.95.109.3. Componente de assinatura versão 1.712.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
08 jan 2024, 16:31:17	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 06acf2b1-daa5-461f-b684-1c5643bf2ff8.

ICP Brasil

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://validador.clicksign.com e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 06acf2b1-daa5-461f-b684-1c5643bf2ff8, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Serviço de Registro de Pessoas Jurídicas
1º SRPJ
CURITIBA - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONVÊNIO – PROJETOS SOCIAIS
Para Implementação e Manutenção da Metodologia da Escola Furacão.
Conforme Lei 9.279 de 14 de maio de 1996 – INPI processo nº 904718808

17

SEDE: Piên/PR
Endereço Escola: Rua Campo Grande, Nº 44 – Bairro: Avencal

São PARTES deste Convênio:

1) **MUNICIPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público, com sede em Piên/PR, na Rua Amazonas, nº 373, Bairro: Centro, CEP: 83.860-000, CNPJ: 76.002.666/0001-40, representada pelo Exmo. Prefeito Maicon Grosskopf, doravante denominado MUNICIPIO;

2) **FUNDAÇÃO CLUB ATHLETICO PARANAENSE**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba – PR, na Estrada do Ganchinho, nº 1451, Bairro Sitio Cercado, CEP 81930-160, CNPJ 44.844.194/0001-87, por seu representante legal Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha, doravante denominado FUNCAP.

E ainda, na qualidade de Interveniente Anuente:

3) **CLUB ATHLETICO PARANAENSE**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba/PR, na Rua Buenos Aires, n° 1270, Bairro Água Verde, CNPJ 76.710.649/0001-68, por seu representante legal Alexandre Barreira Leitão, doravante denominado CAP.

a) CONSIDERANDO que o MUNICÍPIO tem interesse na instalação de uma *Escola de Futebol* em sua base territorial, para oferecer lazer à população do Município e estimular a prática desportiva, como meio de integração social, socialização e transmissão de valores relevantes no seio da comunidade;

b) CONSIDERANDO que o CAP na data de 24.01.2022 firmou o Contrato de Licença de Uso de Marca e Cessão de Direitos, por meio do qual o CAP concedeu à FUNCAP a licença de uso dos direitos da marca Escola Furacão para a finalidade de execução das atividades da FUNCAP;

c) CONSIDERANDO que a FUNCAP é uma fundação que tem finalidade assistencial, educacional, moral, cultural e esportiva, destinada a promover a cultura do esporte, bem como o apoio as crianças, aos jovens e à família;

d) CONSIDERANDO que a FUNCAP, com o apoio do CAP, reúne todas os conhecimentos técnicos, pedagógicos e desportivos necessários para instalação e manutenção de uma Escola *Furacão*,

As PARTES firmam o presente CONVÊNIO, conforme cláusulas e condições abaixo:

1.OBJETO: Pelo presente, as PARTES definem obrigações recíprocas, com a finalidade de instalação e funcionamento de uma *Escola Furacão* nas instalações desportivas do MUNICÍPIO na cidade na cidade de **Piên/Pr - End. Rua Campo Grande, Nº 44 – Bairro: Avencal.**

1.1. Durante a vigência deste contrato, a FUNCAP concorda em não estabelecer, operar ou autorizar terceiros a instalar uma *Escola Furacão*, num raio de 5 km e, igualmente o MUNICÍPIO obriga-se a não instalar a *Escola Furacão* ora licenciada em um raio de 5km de outra *Escolas Furacão* já instaladas. Excepcionalmente, em casos em que a capacidade econômica de uma localidade/bairro justificar, a FUNCAP poderá flexibilizar a distância especificada anteriormente para um raio menor.

PR AL ML RB RN

Clicksign b5230624-364c-43e3-995d-5bf620742ca7

1.2 A *Escola Furacão* terá como finalidade precípua a prática desportiva, técnica (ensinamento dos princípios dos fundamentos do futebol), educacional e social, sem caráter de rendimento, buscando alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, de acordo com os princípios previstos no art. 217 da Constituição Federal e nos dispositivos da Lei 9.615/98.

1.3 São partes integrantes do presente Convênio, o Regimento Interno e os Manuais de Normas e Procedimentos (metodologia CAP) os quais estabelecem outros direitos e deveres a serem cumpridos pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão contratual, na forma da Cláusula Quatorze do presente Convênio.

2.DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS: Caberá ao MUNICÍPIO disponibilizar as instalações desportivas para funcionamento, mantendo-as em perfeito estado de limpeza e conservação, que deverão conter:

a) Um campo de grama sintética ou natural ou quadra de futsal com traves devidamente instaladas, redes, marcação, piso plano, seguro e apropriado para prática esportiva;

b) vestiários;

c) Sala para secretaria, equipada no mínimo com telefone e computador com acesso à internet e impressora;

d) Depósito para materiais esportivos devidamente acondicionados e identificados.

3. HORÁRIO DE UTILIZAÇÃO E TURMAS: As instalações desportivas serão utilizadas durante as aulas ministradas aos ALUNOS da *Escola Furacão.*

3.1 As aulas serão ministradas em dias e horários a serem acordados entre MUNICÍPIO e FUNCAP.

3.2 Por mútuo acordo, as PARTES poderão alterar os horários de utilização.

3.3 Cada turma conterá inscritos, no máximo, 25 (vinte e cinco) alunos na grama sintética, 30 (trinta) alunos na grama natural e 20 (vinte) alunos no Mamadeira Kids ou Futsal.

3.4 O MUNICÍPIO deverá obrigatoriamente efetuar o cadastro e matrícula dos ALUNOS no sistema web de gestão administrativa do CAP.

4.RECURSOS HUMANOS: O MUNICÍPIO, disponibilizará corpo de profissionais com, 1 (um) professor de Educação Física com CREF que será o responsável por ministrar as aulas, 1 (um) estagiário estudante de Educação Física e 1 (uma) Secretária, para escolas até 100 alunos. A cada 50 novos alunos deverá contratar 01 (um) novo estagiário e a cada 100 alunos 01 (um) novo professor com CREF.

4.1 A remuneração dos profissionais será custeada isoladamente pelo MUNICÍPIO.

4.2 A FUNCAP capacitará o (s) professor (es) de Educação Física para ministrarem atividades técnicas, pedagógicas e psicomotoras aos alunos de acordo com a metodologia CAP, a qual integra esse Convênio, visando o desenvolvimento da formação técnica, educacional, social e da cidadania.

4.3 O MUNICÍPIO e seus profissionais estarão sujeitos a avaliação constante pela FUNCAP, a qual poderá exigir o desligamento tanto do MUNICÍPIO, como também, do profissional (is) que não apresente (m) aptidão física, técnica ou intelectual para o exercício da profissão, ou que pratiquem qualquer ato que possa prejudicar a imagem da FUNCAP e/ou do CAP.

PR AL ML RB RN

Clicksign b5230624-364c-43e3-995d-5bf620742ca7

19

4.4 Caberá ao MUNICÍPIO a responsabilidade por eventual ato ilícito praticado pelos professores, estagiários, secretária ou qualquer outro profissional a ele subordinado, bem como por qualquer sanção ocasionada por eventual irregularidade ou ausência do registro do profissional junto ao CREF.

4.5 Em caso de condenação judicial da FUNCAP e/ou do CAP em ação judicial promovida em face de ato ilícito referido no item anterior, o MUNICÍPIO, deverá efetuar o pagamento integral previamente de todos os valores a serem despendidos pela FUNCAP e/ou CAP, bem como dos valores já gastos com custas e honorários advocatícios.

4.6 Caso o MUNICÍPIO não efetue o pagamento integral prévio, ficará obrigado a reembolsar a quantia desembolsada judicialmente pela FUNCAP e/ou CAP, bem como demais despesas (honorários advocatícios, custas e outros), acrescida de multa de 10% (dez por cento), concordando, desde já, o MUNICÍPIO para todos os efeitos, ser essa dívida líquida e certa, passível de execução.

5.RESPONSABILIDADE TRABALHISTA: O presente Convênio não importa em vínculo de ordem trabalhista entre os profissionais contratados pelo MUNICÍPIO e a FUNCAP e/ou CAP. Em caso de eventual ação judicial trabalhista movida por profissional do MUNICÍPIO em face da FUNCAP e/ou do CAP, isoladamente ou como responsável subsidiário ou solidário com o MUNICÍPIO, este se obriga a assumir o pólo passivo da ação, declarando e reconhecendo desde logo não ter a FUNCAP e/ou CAP qualquer responsabilidade na lide.

5.1 Em caso de condenação judicial da FUNCAP e/ou CAP em ação judicial referida no caput da presente cláusula, o MUNICÍPIO deverá efetuar o pagamento integral previamente ao momento em que a FUNCAP e/ou CAP venha a ser obrigado a fazê-lo, de todos os valores a serem despendidos, bem como dos valores já gastos com custas e honorários advocatícios.

5.2 Caso o MUNICÍPIO não efetue o pagamento integral prévio, ficará obrigado a reembolsar a FUNCAP e/ou CAP a quantia desembolsada judicialmente e demais despesas (honorários advocatícios, custas e outros), devidamente corrigidos, acrescidos de multa de 100% (cem por cento), concordando, desde já, o MUNICÍPIO para todos os efeitos, ser essa dívida líquida, certa e passível de execução.

6. RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS: MUNICÍPIO assume exclusiva responsabilidade perante os funcionários, fornecedores e prestadores de serviço eventualmente contratados para prestação dos serviços objeto deste Convênio, bem como perante os ALUNOS e seus representantes legais, quando às condições dos serviços prestados, inclusive quanto a saúde e segurança dos ALUNOS.

6.1 Para fins de saúde e segurança dos alunos durante festivais, torneios, eventos e outros, organizados pelo MUNICÍPIO, o mesmo deverá contratar 1 (um) profissional socorrista terceirizado para prestação de serviços, as suas expensas.

6.2 Caberá isoladamente ao MUNICÍPIO o cumprimento de todas as normas legais obrigatórias relativas à sua atividade (normas municipais de urbanismo, alvará de funcionamento, normas tributárias, normas de saúde pública, normas de proteção ao consumidor ou de qualquer outra índole).

7. IDENTIDADE VISUAL E DA MARCA: A escola de futebol deverá ser designada pela expressão "*Escola Furacão*", conforme orientação da FUNCAP, sem agregação de qualquer outra marca, insígnia, logotipo, denominação ou sinal distintivo no espaço físico ou aéreo das *escolas de futebol*, de acordo com padrão definido através de manual de identidade do Marketing do CAP/FUNCAP, cumprindo o MUNICIPIO o dever de realizar a identificação

PR AL ML RB RN

Clicksign b5230624-364c-43e3-995d-5bf620742ca7

visual das suas instalações de acordo com as diretrizes e projetos aprovados pela FUNCAP, até o início das suas atividades (inauguração).

7.1 A marca *"Escola Furacão"* como também outro sinal distintivo registrado pelo CAP não poderá sofrer qualquer alteração pelo MUNICÍPIO, nem mesmo quanto às cores ou às proporções dos traços.

7.2 O MUNICÍPIO não poderá autorizar, ceder, transferir, sublicenciar ou, de qualquer forma, negociar o direito de uso da marca ou direitos derivados deste, salvo se autorizada de forma expressa e por escrito pela FUNCAP, ficando ciente o MUNICÍPIO de que a marca é de propriedade exclusiva do CAP, sendo regularmente licenciada à FUNCAP, a qual se encontra protegida pelas leis da propriedade intelectual.

7.3 Em caso de extinção deste Convênio, seja por decurso do prazo, resolução, resilição, rescisão, inadimplência ou qualquer outra modalidade de extinção, fica o MUNICÍPIO obrigado a cessar todo e qualquer uso da Marca CAP e FUNCAP, em especial a marca *'Escola Furacão"*, devendo comunicar formalmente todos os seus ALUNOS sobre esta questão. Seguem abaixo as principais obrigações que deverão ser cumpridas pelo MUNICÍPIO:

a) abster-se de utilizar como material oficial da escola (em caso de permanência das atividades) os Kits Uniformes, uniforme de professores, bolas e coletes oficiais que foram adquiridos em decorrência do Convênio;
b) abster-se de utilizar o conteúdo e o know-How referente à metodologia CAP, voltada para formação técnica (ensinamento dos princípios dos fundamentos do futebol), educacional e social dos ALUNOS por meio do futebol;
c) abster-se de realizar qualquer divulgação comercial como "Escola Furacão";
d) abster-se de participar de competições com vinculação comercial à marca FUNCAP, CAP ou "Escola Furacão"; e
e) abster-se de manter em suas instalações desportivas qualquer item de comunicação visual que relacione as atividades da escola à marca FUNCAP, CAP ou "Escola Furacão", devendo todo e qualquer item que faça esta menção ser removido no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a extinção do Convênio.

7.3.1 Na hipótese de violação de qualquer destas regras ou outras similares que digam respeito à utilização indevida da marca com a finalidade comercial, o MUNICÍPIO será notificado para regularizar a questão no prazo de até 05 (cinco) dias. Não comprovando a regularização, ficará sujeito ao pagamento de multa diária na importância de R$ 100,00 (cem reais) até o cumprimento da obrigação, limitado ao valor total de R$ 10.000,00 (dez mil reais), sem prejuízo de a FUNCAP e/ou CAP adotar as medidas judiciais cíveis e criminais cabíveis.

7.4 O MUNICÍPIO compromete-se a zelar pela proteção e manutenção da marca *"Escola Furacão"*, usando-a somente de acordo com as orientações recebidas da FUNCAP; informar pontualmente à FUNCAP e ao CAP o uso indevido da marca por terceiros. MUNICÍPIO não poderá utilizar em sua denominação social, em seu nome de fantasia e em seus documentos, inclusive fiscais, a expressão *"Escola Furacão"*.

7.5 Os dados do MUNICÍPIO poderão ser inseridos tanto nos materiais de Marketing quanto em documentos de comunicação junto à comunidade, alunos, familiares.

7.6 Toda e qualquer alteração da marca no curso deste Convênio que implique a alteração da identidade visual no espaço das escolas de futebol deverá ser comunicada ao MUNICÍPIO com pelo menos 06 (seis) meses de antecedência.

PR AL ML RB RN

Clicksign b5230624-364c-43e3-995d-5bf620742ca7

21

7.7 O MUNICÍPIO deverá utilizar uniformes oficiais de jogo com a marca "Escola Furacão" nas competições e jogos amistosos que vier a disputar, para o fim de manter a identidade visual da FUNCAP/CAP.

7.7.1 A compra dos uniformes oficiais para estes jogos deverá ser realizada direta e exclusivamente da FUNCAP e, na hipótese de descumprimento desta condição, seja pela não utilização dos uniformes ou pela compra de terceiros, o Convênio poderá ser rescindido por justa causa.

8. PUBLICIDADE: A FUNCAP e o CAP reservam o direito exclusivo de veicular anúncios e propagandas de empresas parceiras e patrocinadoras em torneios, festivais, eventos e outros, bem como no material da *Escola Furacão.*

8.1 Caso o MUNICÍPIO firmar algum patrocínio com terceiros e desejar utilizar a marca do patrocinador em sua Escola, deverá enviar a solicitação à FUNCAP para que seja avaliado pelo seu Departamento de Marketing. A utilização da marca de terceiros, sem a prévia autorização da FUNCAP será considerada infração contratual e a FUNCAP poderá rescindir imediatamente o presente Convênio, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

8.2 O MUNICÍPIO está ciente de que o esforço de marketing é proporcional ao sucesso na captação de alunos, assim compromete-se a participar e veicular, campanhas de publicidade (propaganda, promoções, eventos) visando a divulgação da *Escola Furacão.*

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO MUNICÍPIO: O MUNICÍPIO declara estar ciente de que sua atuação será avaliada de forma institucional, pela FUNCAP, por meio de sistema disponibilizado via site *Escola Furacão ("web")* ou de outro sistema implementado pela FUNCAP, especialmente desenvolvido para este fim, devendo tal avaliação ser compartilhada com o MUNICÍPIO, excetuada a indicação do avaliador, que será preservada.

9.1 O sistema solicitará avaliação da infraestrutura, gestão, profissionais e da metodologia CAP.

9.2 Com o propósito de verificar o efetivo cumprimento de todas as obrigações contratualmente assumidas e a qualidade do MUNICÍPIO, a FUNCAP também avaliará, periodicamente, sem prévio aviso, através de prepostos ou contratados devidamente identificados, a atuação do MUNICÍPIO, que, desde logo, assegura-lhe livre acesso a todas as dependências da *Escola Furacão* para visitas de supervisão e monitoramento de seu funcionamento, devendo o MUNICÍPIO colaborar plenamente, colocando à disposição, de imediato, todos os documentos, contratos ou informações que lhe forem solicitados, desde que inerente ao presente instrumento.

9.3 Ainda, em atendimento às obrigações previstas nesta cláusula, o MUNICÍPIO deverá cadastrar informações completas sobre os seus colaboradores, alunos e outras informações pertinentes referentes à Escola. Estas informações deverão ser cadastradas por meio de software disponibilizado pela FUNCAP e de acordo com as instruções de preenchimento que forem apresentadas pela FUNCAP.

10. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS ALUNOS: O MUNICÍPIO deverá implantar e desenvolver a Metodologia CAP, voltada para formação técnica (ensinamento dos princípios dos fundamentos do futebol), educacional e social dos ALUNOS por meio do futebol, sendo possível realização de competições para promoção da *Escola Furacão.*

10.1. Não haverá cobrança de mensalidades de alunos eis que se trata de atividade de caráter filantrópico.

PR AL ML RB RN

Clicksign b5230624-364c-43e3-995d-5bf620742ca7

10.2 A faixa etária a ser atendida pelo MUNICÍPIO será dos 3 (três) aos 13 (treze) anos e 11 (onze) meses, dividido nas seguintes classes: Mamadeira Kids (3 a 5 anos), SUB 7 (6 e 7 anos), SUB 9 (8 e 9 anos), SUB 11 (10 e 11 anos), SUB 13 (12 e 13 anos).

10.3 O MUNICÍPIO se obriga a contratar as suas expensas serviços de emergência médica, para atendimento aos alunos para eventual necessidade.

10.4 O MUNICÍPIO será responsável em fornecer transporte para os ALUNOS das equipes da *Escola Furacão* em caso de jogos ou campeonatos realizados fora da sede do MUNICÍPIO, seja no limite territorial do Município-Sede da *Escola Furacão*, seja em outro Município.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES: Ficam as PARTES obrigadas ao fornecimento das seguintes informações e atividades:

a) MUNICÍPIO: Relatórios de aulas, planos de aula, relatórios de performance desportiva e calendário de eventos, publicidade, marketing, conservação dos campos sejam campos de gramado, sintético ou futsal.

b) FUNCAP: Supervisão das atividades e aulas, treinamento presencial na sede em Curitiba, premiações, torneios, eventos, visita in loco na sede do MUNICÍPIO.

c) CAP: Realização de visitas à Escola Furacão por meio de seus observadores para fins de avaliação e monitoramento dos ALUNOS para fins de eventual projeção de carreira, desenvolvimento e atualização da metodologia aplicada nas Escolas Furacão,

12. RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA A FUNCAP: O presente convênio é realizado de forma não onerosa em virtude do seu caráter filantrópico, somente devendo o MUNICÍPIO adquirir os Kits Uniformes previstos na cláusula 12.1.

12.1 O MUNICÍPIO deverá adquirir da FUNCAP de forma obrigatória, a cada período de 12 (doze) meses de vigência deste Convênio, no mínimo 40 (quarenta) *Kits Uniformes* (meião, calção e camisa), totalizando o valor mínimo de R$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais), tendo como base o valor unitário de R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais). Adicionalmente, o MUNICÍPIO deverá adquirir diretamente da Loja Oficial do CAP ou outros estabelecimentos autorizados, desde que com o selo oficial do CAP, materiais esportivos necessários para funcionamento da Escola Furacão, que são: 2 camisas, 2 calções, 1 agasalho.

12.1.1. A referida quantidade mínima de *Kits* e materiais deverá ser adquirida pelo MUNICÍPIO em até 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do presente Convênio, sob pena de rescisão automática.

12.2. Os *Kits Uniformes* referidos no item 12.1 acima poderão sofrer reajuste de preço a critério exclusivo da FUNCAP e da empresa patrocinadora de materiais esportivos do CAP. Fica garantido o valor unitário acima informado apenas paras os pedidos realizados em até 90 (noventa) dias a partir da assinatura deste instrumento.

13. PRAZO: O presente Convênio vigorará pelo **prazo de 03 (três) anos**. Durante a vigência do presente, será obrigatória a aquisição anual pelo MUNICÍPIO de no mínimo 40 *Kits Uniformes e 01 Kit Professor.*

13.1. A FUNCAP poderá romper o Convênio a qualquer tempo, sem ônus, notificando o MUNICÍPIO, com prazo de 30 (dias), via AR.

PR AL ML RB RN

Clicksign b5230624-364c-43e3-995d-5bf620742ca7

13.2. Após o término do mandato do chefe do executivo do MUNICÍPIO, será definido com a nova gestão municipal a renovação do presente Convênio.

14. RESCISÃO: Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações deste Convênio, incluindo as obrigações previstas no Regimento Interno e Manuais, a PARTE inocente poderá rescindir o presente Convênio, mediante notificação à outra. A PARTE inadimplente ficará responsável pelo pagamento de indenização por perdas e danos, custas judiciais e honorários advocatícios.

15. FORO DE ELEIÇÃO: Para julgar eventuais litígios decorrentes do presente, as partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba PR, com exclusão expressa de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

As Partes, inclusive suas Testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos, digitais e informáticos como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto pelo art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor na República Federativa do Brasil.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

MUNICIPIO DE PIÊN
Maicon Grosskopf
RG: 10094176-7
CPF: 080.278.589-17

FUNDAÇÃO CLUB ATHLETICO PARANAENSE
Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha

Testemunha
Rubens Jacó das Neves
RG: 7.919.542-1/PR

INTERVENIENTE ANUENTE
CLUB ATHLETICO PARANAENSE
Alexandre Barreira Leitão

INTERVENIENTE ANUENTE
CLUB ATLHETICO PARANAENSE
Márcio Lara

PR AL ML RB RN

Clicksign b5230624-364c-43e3-995d-5bf620742ca7

24

2024 CONTRATO PIÊN.doc

Documento número #b5230624-364c-43e3-995d-5bf620742ca7

Hash do documento original (SHA256): 14386f10404cc1e1d22a2f871f88ab744d8e540f7374f1a2cff847dd97824382

Assinaturas

Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha
CPF: 595.822.279-15
Assinou como contratada em 10 abr 2024 às 12:07:06

Rubens Jacó das Neves
CPF: 035.155.659-14
Assinou como testemunha em 10 abr 2024 às 12:08:27

Marcio Lara
CPF: 514.459.999-00
Assinou como anuente em 10 abr 2024 às 10:13:21

Alexandre Leitão
CPF: 025.314.797-24
Assinou como anuente em 10 abr 2024 às 11:51:02

Regina Bortoli
CPF: 016.830.649-25
Assinou como validador em 02 abr 2024 às 10:45:37

Maicon Grosskopf
CPF: 080.278.589-17
Assinou como contratante em 09 abr 2024 às 11:13:07

Log

02 abr 2024, 09:00:09	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f criou este documento número b5230624-364c-43e3-995d-5bf620742ca7. Data limite para assinatura do documento: 02 de maio de 2024 (08:59). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.

25

02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: governo@pien.pr.gov.br para assinar como contratante, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Maicon Grosskopf.
02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: paulorochacwb@gmail.com para assinar como contratada, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha e CPF 595.822.279-15.
02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: rubens.neves@athletico.com.br para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Rubens Jacó das Neves.
02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: marcio.lara@athletico.com.br para assinar como anuente, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Marcio Lara .
02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: alexandre.leitao@athletico.com.br para assinar como anuente, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Alexandre Leitão.
02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: regina.bortoli@athletico.com.br para assinar como validador, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Regina Bortoli .
02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou o signatário governo@pien.pr.gov.br para assinar como contratante e rubricar todas as páginas.
02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou o signatário paulorochacwb@gmail.com para assinar como contratada e rubricar todas as páginas.
02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou o signatário rubens.neves@athletico.com.br para assinar como testemunha e rubricar todas as páginas.
02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou o signatário marcio.lara@athletico.com.br para assinar como anuente e rubricar todas as páginas.
02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou o signatário alexandre.leitao@athletico.com.br para assinar como anuente e rubricar todas as páginas.
02 abr 2024, 09:00:10	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou o signatário regina.bortoli@athletico.com.br para assinar como validador e rubricar todas as páginas.

26

02 abr 2024, 10:45:37	Regina Bortoli assinou como validador. Pontos de autenticação: Token via E-mail regina.bortoli@athletico.com.br. CPF informado: 016.830.649-25. Rubricou todas as páginas. IP: 200.159.23.186. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -25.5392152 e longitude -49.2740144. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.801.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
09 abr 2024, 09:36:35	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: alexandra.laurindo@pien.pr.gov.br para assinar como contratante, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Maicon Grosskopf.
09 abr 2024, 09:37:07	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f removeu da Lista de Assinatura: alexandra.laurindo@pien.pr.gov.br para assinar como contratante.
09 abr 2024, 09:37:19	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f removeu da Lista de Assinatura: governo@pien.pr.gov.br para assinar como contratante.
09 abr 2024, 09:37:46	Operador com email thais.amorim@athletico.com.br na Conta 9498748f-7cda-48f9-adb0-80c7fbb4aa5f adicionou à Lista de Assinatura: alexandra.laurindo@pien.pr.gov.br para assinar como contratante, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Maicon Grosskopf.
09 abr 2024, 11:13:07	Maicon Grosskopf assinou como contratante. Pontos de autenticação: Token via E-mail alexandra.laurindo@pien.pr.gov.br. CPF informado: 080.278.589-17. IP: 168.232.218.66. Componente de assinatura versão 1.813.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
10 abr 2024, 10:13:21	Marcio Lara assinou como anuente. Pontos de autenticação: Token via E-mail marcio.lara@athletico.com.br. CPF informado: 514.459.999-00. Rubricou todas as páginas. IP: 200.159.23.186. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -25.547673925060806 e longitude -49.27736002511555. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.814.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
10 abr 2024, 11:51:02	Alexandre Leitão assinou como anuente. Pontos de autenticação: Token via E-mail alexandre.leitao@athletico.com.br. CPF informado: 025.314.797-24. Rubricou todas as páginas. IP: 187.95.157.122. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -25.5474339 e longitude -49.2772467. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.814.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
10 abr 2024, 12:07:07	Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha assinou como contratada. Pontos de autenticação: Token via E-mail paulorochacwb@gmail.com. CPF informado: 595.822.279-15. Rubricou todas as páginas. IP: 189.126.219.238. Componente de assinatura versão 1.815.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
10 abr 2024, 12:08:27	Rubens Jacó das Neves assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail rubens.neves@athletico.com.br. CPF informado: 035.155.659-14. Rubricou todas as páginas. IP: 187.59.7.10. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -25.44892897872929 e longitude -49.27568580530832. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.815.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
10 abr 2024, 12:08:28	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número b5230624-364c-43e3-995d-5bf620742ca7.

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://validador.clicksign.com e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº b5230624-364c-43e3-995d-5bf620742ca7, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

28

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CLUB ATHLETICO PARANAENSE
CNPJ: 76.710.649/0001-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:39:35 do dia 30/01/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 28/07/2024.
Código de controle da certidão: **7D5B.E830.6FD1.082D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:
Contribuinte possui arrolamento de bens, conforme Lei nº 9532/1997.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

29

Certidão nº: 11.364.562

CNPJ: 76.710.649/0001-68

Nome: CLUB ATHLETICO PARANAENSE

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, ainda não registrados ou que venham a ser apurados, é certificado que:

Constam débitos tributários e não tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças (SMF) ou pela Procuradoria Geral do Município (PGM), com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (CTN) e Lei Complementar 40/2001, garantidos mediante bens e direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A revogação da suspensão de exigibilidade implica na imediata revogação da CPEN e de seus efeitos, respondendo o Contribuinte por eventuais atos irregulares.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.
Emitida às 10:43 do dia 13/06/2024.
Código de autenticidade da certidão: 195B92610DA244703B384E5F278ACBE354
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 11/09/2024 – Fornecimento Gratuito

Você também pode validar a autenticidade
da certidão utilizando um leitor de QRCode.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

30

Nome: CLUB ATHLETICO PARANAENSE (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 76.710.649/0001-68
Certidão nº: 41379180/2024
Expedição: 13/06/2024, às 10:42:04
Validade: 10/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CLUB ATHLETICO PARANAENSE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.710.649/0001-68, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 033776579-24

31

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **76.710.649/0001-68**
Nome: **CLUB ATHLETICO PARANAENSE**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/10/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (13/06/2024 10:41:08)

Voltar Imprimir

32

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.710.649/0001-68
Razão Social: CLUBE ATLETICO PARANAENSE
Endereço: RUA PETIT CARNEIRO 57 / AGUA VERDE / CURITIBA / PR / 80240-050

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:01/06/2024 a 30/06/2024

Certificação Número: 2024060100470515992820

Informação obtida em 13/06/2024 10:40:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CLUB ATHLETICO PARANAENSE
ESTATUTO SOCIAL

TÍTULO I

DO CLUBE E SEUS FINS

33

Art. 1° O Club Athletico Paranaense, fundado em 26 de março de 1924 pela fusão do América Foot Ball Club e do Internacional Foot Ball Club, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação e de duração ilimitada, com sede na cidade de Curitiba – PR, na Rua Buenos Aires, 1270, Água Verde.

Parágrafo único. O Club Athletico Paranaense é dotado de personalidade jurídica distinta da de seus sócios, os quais não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela associação.

Art. 2° O Club Athletico Paranaense tem por finalidade o desenvolvimento das relações sociais por meio da prática de atividades recreativas, culturais, artísticas e esportivas.

Parágrafo único. As modalidades esportivas praticadas no âmbito do clube incluirão necessariamente o futebol, que será desenvolvido em nível de rendimento, de modo profissional e não-profissional, nos termos da legislação específica que rege a matéria, podendo ainda, facultativamente, ser praticado em caráter educacional e de participação.

Art. 3° O Club Athletico Paranaense é constituído por sócios de ambos os sexos, sendo proibido qualquer tipo de discriminação.

Art. 4° O Club Athletico Paranaense é administrado por seus próprios sócios através de mandatos eletivos e outras formas de provimento nos diversos cargos e funções, regulados no presente estatuto e nas disposições legais vigentes.

Art. 5° O Club Athletico Paranaense poderá ser dissolvido somente por motivos de dificuldades insuperáveis na realização de suas finalidades e mediante proposta fundamentada do Conselho Deliberativo subscrita no mínimo pela metade mais um de seus membros efetivos e aprovada em escrutínio secreto por dois terços de seus integrantes.

Parágrafo 1° Para produzir os seus efeitos, a decisão do Conselho Deliberativo deverá ser ratificada pela Assembleia Geral especialmente convocada, mediante voto secreto de, pelo menos 2/3(dois terços) de seus membros presentes.

Parágrafo 2° Os mesmos requisitos e procedimentos aplicam-se em casos de fusão, incorporação ou cisão, bem como na hipótese de transformação do clube em pessoa jurídica de natureza distinta da de associação.

Art. 6° Se decidida a dissolução do clube, sua fusão, incorporação, cisão ou transformação, na forma do artigo antecedente, uma comissão nomeada pelo Conselho Deliberativo determinará, mediante a aprovação da

1° SRPJ CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

Assembleia Geral, a destinação do acervo e, se for o caso, a liquidação do ativo e do passivo.

Parágrafo 1.° A comissão será integrada por sócios com mais de 5 (cinco) anos de vida associativa ininterrupta e por membros do Conselho Deliberativo, composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros.

Parágrafo 2° A comissão elaborará o plano de destinação do acervo e liquidação do ativo e do passivo e o submeterá a avaliação de Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim, que funcionará com os quoruns ordinários de instalação e aprovação.

Art. 7° A existência, as atividades e as finalidades do Club Athletico Paranaense são reguladas pelo presente estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, constituindo-se em lei orgânica que obriga a todos os sócios e seus dependentes a cumpri-lo, revogadas as disposições em contrário.

Art. 8° O presente Estatuto somente poderá ser reformado, no todo ou em parte, por resolução do Conselho Deliberativo em reunião extraordinária especialmente convocada para tal fim.

Parágrafo único. A reunião será instalada em primeira convocação com a presença mínima de metade mais um dos membros do Conselho Deliberativo, e com qualquer número, em segunda convocação. Para aprovação das reformas, será necessário voto favorável de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros presentes.

JURÍDICO

1° SRPJ
CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 501
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE
ESTATUTO SOCIAL

35

TÍTULO II

SÍMBOLOS, DISTINTIVOS E UNIFORMES

Art. 9° São símbolos do Club Athletico Paranaense a bandeira, o distintivo, o uniforme e o seu hino.

Parágrafo 1° A bandeira, nas cores vermelha e preta, será exposta nas dependências do clube e obrigatoriamente hasteada em datas especiais e em eventos esportivos.

Parágrafo 2° O distintivo oficial é constituído por quatro faixas diagonais ascendentes, alternadas nas cores vermelha e preta, cuja configuração representa um escudo e os "4 ventos", que significam ambição, entusiasmo, inovação e rebeldia. Estes "4 ventos" em conjunto formam o Furacão. No lado esquerdo superior do distintivo aparece a sigla CAP de Club Athletico Paranaense, desenhada com uma tipografia única, na cor preta. Na parte inferior do distintivo está escrito ATHLETICO PARANAENSE e na linha abaixo 1924, ambos na cor preta e na tipografia Furacão

Parágrafo 3° Para a identificação do clube nas competições esportivas, no uniforme dos atletas deverão constar, necessariamente, as cores vermelho e preto. Em caráter excepcional e para fins comemorativos ou mercadológicos, o uniforme poderá conter outras cores em substituição às cores tradicionais.

Parágrafo 4° O hino oficial do Club Athletico Paranaense constitui patrimônio cultural a ser preservado por todos os sócios e atletas, devendo ser executado em suas solenidades oficiais.

Parágrafo 5° Considera-se festivo o dia 26 de março de cada ano, em comemoração à data da fundação do clube.

Parágrafo 6° O clube adota como sua legenda oficial: "A CAMISA RUBRO-NEGRA SÓ SE VESTE POR AMOR".

1° SRPJ
CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3005 - Curitiba - PR

CAP
Jurídico

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE
ESTATUTO SOCIAL

36

TÍTULO III

DO QUADRO SOCIAL

Capítulo I
Categorias de Sócios

Art. 10 O Quadro Social é constituído pelos sócios, com direitos e deveres definidos por este Estatuto e por normas complementares editadas pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo 1.º O Conselho Deliberativo poderá organizar o quadro associativo em categorias.

Parágrafo 2.º A qualidade de sócio é intransmissível, salvo nas hipóteses especialmente previstas nos respectivos títulos.

Parágrafo 3º Visando aumentar o quadro social, poderão ser utilizados nomes de fantasia para denominar categorias de sócio ou planos especiais.

Capítulo II
Admissão de Sócios

Art. 11 A admissão do sócio se perfaz com a aprovação, pelo Conselho Administrativo, de sua proposta de ingresso no Quadro Social.

Parágrafo único. É direito de o Conselho Administrativo recusar a proposta sem necessidade de externar os motivos da recusa.

Capítulo III
Direitos, deveres, infrações e penalidades

Seção I
Direitos dos Sócios

Art. 12 Aos direitos dos sócios correspondem deveres que devem ser acatados sob pena de infração às disposições estatutárias, sujeitando-os às sanções correspondentes.

Art. 13 São direitos dos sócios:
I - Frequentar as dependências do clube indicadas em seu Título, satisfeitas as condições ali estipuladas;
II - Ser ouvido perante a administração do clube;
III - Representar perante os órgãos da administração por abuso de poder ou ato ilegal de seus membros;
IV - Recorrer ao órgão competente do clube, das decisões que lhe disserem respeito;

1º SRPJ CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 501
Fone: (41) 3225-3005 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE
ESTATUTO SOCIAL

37

V - Discutir e votar as questões sujeitas à Assembleia Geral, respeitados os limites impostos neste Estatuto;
VI - Votar e ser votado para os cargos eletivos da administração do clube, respeitados os limites impostos neste Estatuto;
VII - Demais prerrogativas determinadas em seu Título.
VIII – Todo associado terá acesso a documentos, prestações de contas e certidões do clube como forma de garantia da transparência de todos os atos praticados, além da publicação do balanço anual no site oficial do clube, observando-se, contudo, o disposto no artigo 18-A, §1º, inciso III, da Lei Federal nº. 9.615/98

Parágrafo 1º — A demissão ou desistência do sócio obedecerá ao previsto em seu Título, desde que o sócio esteja em dia com a taxa de manutenção e demais obrigações financeiras junto ao clube.

Parágrafo 2º — Nenhum associado detém ou deterá quota ou fração ideal do patrimônio do clube.

Seção II
Deveres dos Sócios

Art. 14 — São deveres dos sócios:
I - Cumprir e fazer com que se cumpram as disposições deste Estatuto, dos regimentos e dos atos da Administração do clube;
II - Satisfazer pontualmente, a todas as obrigações financeiras para com o clube;
III - Manter nas dependências do clube e fora delas conduta moral, social e desportiva irrepreensíveis, abstendo-se da prática de atos imorais ou ilegais;
IV - Zelar pelos bens móveis e imóveis do clube, e reparar, imediatamente, os danos a eles porventura causados, por si ou por seus dependentes;
V - Exibir a carteira de identidade social juntamente com o comprovante do pagamento atualizado da taxa de manutenção, sempre que exigidos, bem como submeter-se aos controles de identificação social implantados pelo clube;
VI - Acatar as decisões de representantes de entidades a que o clube estiver filiado, quando no exercício de suas atribuições;
VII - Demais obrigações especificadas em seu Título;
VIII – Manter atualizados todos os dados de seu cadastro junto à Secretaria do clube.

Seção III
Das Infrações

Art. 15 — Constituem infrações do sócio e de seus dependentes:
I - Violar disposições deste Estatuto e de seu Título;
II -Recusar-se a cumprir as deliberações, determinações ou recomendações de órgãos da administração do clube, seus membros ou prepostos;
III – Praticar ato que atente contra a lei, a moral e os bons costumes ou contra a imagem, tradições ou patrimônio do clube;

1º SRPJ CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 505
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

38

IV - Ceder documento de identidade social para facilitar o ingresso de pessoa estranha ao quadro social ou impedida de acesso às dependências e atividades do clube;
V – Agredir, ofender ou ameaçar membro do Conselho Deliberativo, Administrativo, Fiscal ou Diretoria Executiva, preposto ou empregado do clube nas dependências sociais ou fora destas;
VI – Agredir ou ameaçar outro sócio por fato ligado ao clube, nas dependências sociais ou fora destas;
VII - Deixar de pagar, mensalmente, as taxas de manutenção ou outras obrigações financeiras, bem como eventuais despesas assumidas com os concessionários ou arrendatários na venda de qualquer produto ou prestação de serviços no clube;
VIII - Danificar o patrimônio do clube, de concessionário, arrendatário, demais sócios ou de terceiros, quando na dependência da entidade;
IX – Sofrer condenação por crime doloso em sentença definitiva, ainda que decorrente de fato anterior ao ingresso no quadro social;
X - Prestar informação falsa em qualquer documento relativo ao clube, visando satisfazer interesse próprio ou de outrem.

Seção IV
Das Penalidades

Art. 16 O sócio ou dependente que infringir as disposições estatutárias, regimentais ou regulamentares é passível das seguintes penalidades:
I - Interdição temporária de direitos sociais;
II - Advertência;
III - Suspensão;
IV – Exclusão;
V - Cassação de título honorífico.

Parágrafo único. A aplicação ou não de penalidades por infração disciplinar não prejudica o direito de o clube adotar demais medidas cabíveis contra o infrator, nas esferas civil, administrativa e penal, com base na legislação comum.

Art. 17 As penalidades serão aplicadas em decisão motivada proferida pela Câmara de Ética e Disciplina, ao final do devido procedimento disciplinar, exceto nas hipóteses dos artigos 19 e 23, I.

Art. 18 Caberá à Câmara de Ética e Disciplina, em caso de condenação de sócio pela prática de infração, decidir de forma motivada qual das penalidades previstas no artigo 16 será aplicada bem como sua eventual duração, atendendo:
I – à natureza e gravidade da infração e suas conseqüências;
II – aos motivos e meio empregado;
III – ao comportamento da vítima;
IV – aos antecedentes disciplinares do infrator e a reincidência;
V – à conduta social do infrator no âmbito do clube;
VI – a outras circunstâncias relevantes que justificadamente agravem ou atenuem o grau de reprovação da conduta.

1º SRPJ CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

39

Parágrafo 1.º Dá-se a reincidência quando o sócio ou dependente comete nova infração após tornada definitiva a decisão que o tenha punido em infração anterior.

Parágrafo 2.º Não se considera a reincidência se, entre a data do cumprimento ou extinção da sua sanção e a infração posterior tiver decorrido período superior a 3 (três) anos.

Parágrafo 3º Será punida a tentativa de infração disciplinar, incidindo os critérios previstos no *caput*.

Art. 19. Aplica-se a interdição temporária de direitos a todos os sócios, sem distinção, que não efetuarem o pagamento da taxa de manutenção ou outra obrigação financeira devida ao clube até a data de vencimento.

Parágrafo único. A aplicação desta pena é automática e independente de notificação cessando de pleno direito com a quitação do débito, desde que efetuada antes da aplicação da pena de exclusão.

Seção V
Da Advertência

Art. 20 Aplica-se a advertência ao infrator primário que cometer infração disciplinar de natureza leve, assim entendida pela Câmara de Ética e Disciplina.

Parágrafo único. Quando a sanção de advertência revestir forma escrita, o infrator será notificado através de correspondência sigilosa.

Seção VI
Da Suspensão

Art. 21 A suspensão abrange todos os direitos do associado durante o prazo de sua duração, inclusive os direitos de frequentar as dependências do clube, comparecer, votar e ser votado em Assembleias, exercer mandato nos órgãos estatutários do clube e outros.

Parágrafo único. A suspensão não exime o pagamento das taxas de manutenção e demais obrigações financeiras exigíveis do sócio durante o período de sua vigência.

Art. 22 A suspensão não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias nem superior a 12 (doze) meses.

Parágrafo único. A suspensão terá início no primeiro dia subseqüente à intimação do infrator da decisão de aplicação, abatendo-se sempre o período de eventual suspensão preventiva.

Seção VII
Da Exclusão

1º SRPJ
CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 501
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

40

Art. 23 A pena de exclusão será cabível quando na prática de infração disciplinar de natureza grave, assim entendida pela Câmara de Ética e Disciplina:

Parágrafo 1° Na hipótese de exclusão, o excluído somente poderá ser admitido novamente no quadro associativo se houver aprovação expressa do Conselho Deliberativo. Em caso positivo, o tempo de vida associativa será contado, para todos os fins estatutários, a partir da data de readmissão do associado, descartando-se o prazo relativo ao Título anterior.

Parágrafo 2° O Conselho Deliberativo poderá conceder anistia geral, total e irrestrita a todos os sócios apenados. Para os casos de suspensão, o tempo de vida associativa será retomado, para todos os fins estatutários, a partir da data de concessão da anistia. Para os casos de exclusão será descartado o período de vida associativa do Título anterior.

Seção VIII
Da Cassação de Título Honorífico

Art. 24 Aplica-se a cassação de título honorífico àquele que, titular de honraria concedida pelo clube, cometer infração de natureza grave, assim entendida pela Câmara de Ética e Disciplina.

Capítulo IV
Procedimento

Seção I
Do Procedimento Disciplinar

Art. 25 Nenhuma penalidade será aplicada, com exceção da interdição temporária de direitos sociais, sem que se tenha assegurado ao infrator o direito de defesa.

Art. 26 O Procedimento Disciplinar será iniciado mediante comunicação escrita de qualquer associado apresentada à Câmara de Ética e Disciplina, com a descrição detalhada da infração.

Art. 27 Entendendo relevantes os fundamentos do requerimento, o Presidente da Câmara designará um sócio ou funcionário do clube como responsável pela condução do procedimento, podendo determinar a este a realização de diligências específicas.

Parágrafo 1° O responsável deverá:
I – autuar os documentos que compõem o procedimento;
II – notificar o acusado, se já identificado na comunicação, para prestar depoimento;
III - tomar todas as diligências determinadas pelo Presidente da Câmara e aquelas que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos, incluindo a produção de provas pertinentes;
IV – obter informações sobre a vida social pregressa do sócio, bem como

1° SRPJ CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

41

sobre os antecedentes e eventual reincidência;

Parágrafo 2º — Encerrada a coleta de provas, o responsável dará oportunidade ao acusado de apresentar defesa escrita, no prazo de 3 dias.

Parágrafo 3º — Findo o prazo, o responsável elaborará relatório, com seu parecer sobre a prática ou não da infração e eventual dosimetria da pena e encaminhará os autos para o Presidente da Câmara de Ética e Disciplina.

Art. 28 — A Câmara se reunirá para proferimento da decisão, que será reduzida a termo, firmado por todos os seus integrantes.

Parágrafo 1º — O membro da Câmara deverá se declarar impedido ou suspeito se presentes quaisquer das respectivas hipóteses previstas no Código de Processo Civil em vigor.

Parágrafo 2º. — A Câmara poderá funcionar com apenas dois de seus membros. Nesse caso, havendo divergência entre os dois julgadores, prevalecerá o voto mais benéfico para o acusado.

Parágrafo 3º — Uma cópia da decisão será encaminhada ao acusado, em mãos ou via postal, com aviso de recebimento, para o endereço informado pelo sócio na Secretaria do clube. Nesta última hipótese, o acusado será considerado intimado na data de entrega da correspondência no endereço.

Art. 29 — A decisão da Câmara deverá ser proferida em até 60 (sessenta) dias contados do conhecimento do fato.

Parágrafo 1º — Havendo condenação, a decisão deverá ser referendada pela Mesa Diretora do Conselho Deliberativo para entrar em vigor. Se referendada a decisão, o infrator será intimado para apresentar, querendo, recurso voluntário, nos termos do artigo 37.

Parágrafo 2º — Caso o infrator seja membro de órgão estatutário do clube (Conselho Deliberativo, Administrativo, Fiscal ou Diretoria Executiva), a Câmara poderá cumular com a penalidade a destituição do cargo. Sendo a decisão referendada pela Mesa Diretora, o processo será enviado para reexame necessário pelo Conselho Deliberativo, havendo ou não recurso voluntário. Somente em caso de confirmação da penalidade pelo Conselho Deliberativo, a pena de destituição produzirá efeitos.

Parágrafo 3º — O procedimento disciplinar é sigiloso, ao resguardo dos interesses morais do clube e do acusado.

Seção II
Da Suspensão Preventiva

Art. 30 — O acusado poderá ser suspenso preventivamente por decisão fundamentada do Presidente da Câmara, em caso de acusação de infração grave e indícios de autoria.

1º SRPJ
CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

Art. 31 A suspensão preventiva perdurará até a decisão definitiva do caso, mas poderá ser revogada antecipadamente a critério de quem a aplicou.

Seção III
Da Câmara de Ética e Disciplina

Art. 32 A Câmara de Ética e Disciplina é o órgão permanente encarregado de apurar as infrações disciplinares e aplicar as penalidades.

Art. 33 A Câmara de Ética e Disciplina é constituída por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes eleitos pelo Conselho Deliberativo dentre os seus Conselheiros.

Art. 34 O mandato dos membros da Câmara terá a duração de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução sucessiva para o mesmo cargo.

Art. 35 Os trabalhos da Câmara serão dirigidos por seu Presidente, que designará, dentre os demais, o seu secretário.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas funções, a Câmara poderá requisitar o trabalho de empregados do clube.

Art. 36 Os membros suplentes da Câmara somente serão convocados para substituir os titulares da mesma classe em seus impedimentos.

Seção IV
Dos Recursos

Art. 37 Da decisão que aplicar penalidade, referendada pela Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, caberá recurso voluntário pelo infrator, no prazo de 3 (três) dias, contados da ciência pessoal.

Art. 38 A decisão absolutória é irrecorrível, sem prejuízo da anulação ou declaração de inexistência do procedimento disciplinar por vício insanável, nos termos da legislação processual civil.

Art. 39 O recurso será recebido apenas com efeito devolutivo, podendo o Presidente da Câmara conceder efeito suspensivo em caso de fundamentação relevante.

Art. 40 O recurso será julgado pelo Conselho Deliberativo na primeira reunião ordinária ou extraordinária que ocorrer após o recebimento do recurso pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo 1º Na reunião, caberá ao Presidente da Câmara relatar o procedimento para o plenário. Em seguida, o apenado terá direito a sustentar suas razões de recurso no prazo de 10 (dez) minutos.

Parágrafo 2º O plenário do Conselho Deliberativo apreciará o pedido recursal do

1º SRPJ
CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3995 - Curitiba - P

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

43

apenado, dando ou negando provimento ao recurso. Havendo pedidos recursais sucessivos, haverá uma votação para cada pedido.

Parágrafo 3º — Nas hipóteses em que o apenado pela Câmara de Ética e Disciplina seja membro da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, o recurso será conhecido e julgado pela Assembleia Geral.

JURÍDICO

1º SRPJ
CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - P

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

TÍTULO IV

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 41 O Club Athletico Paranaense será administrado pelos seguintes órgãos:
I – Assembleia Geral;
II – Conselho Deliberativo;
III – Conselho Administrativo;
IV – Diretoria Executiva;
V – Conselho Fiscal.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo poderá instituir outros órgãos, destinados a exercitar função consultiva e sem qualquer função de representação ou decisória.

Capítulo I
Assembleia Geral

Art. 42 A Assembleia Geral é constituída pelos sócios no uso e gozo de seus direitos estatutários, maiores de 18 (dezoito) anos de idade, adimplentes com o pagamento de taxa de manutenção e demais obrigações financeiras perante o clube, e com mais de 3 (três) anos de vida associativa ininterrupta.

Art. 43 A Assembleia Geral será dirigida pelo Presidente do Conselho Deliberativo, e na sua ausência, pelo 1.º Vice-Presidente. Ausente este, pelo 2.º Vice-Presidente. À falta de todos eles, dirigirá a Assembleia o sócio mais idoso presente.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente da Assembleia:
I – dirigir as sessões, abrir, suspender e encerrá-las;
II – conceder a palavra aos associados e convidados, no momento oportuno;
III - manter a disciplina e fazer observar o Estatuto, podendo cassar a palavra ou determinar a retirada de plenário de quem esteja perturbando a ordem.

Art. 44 A Assembleia Geral será convocada:
I - Pelo Presidente do Conselho Deliberativo;
II – Por 2/3 dos membros do Conselho Deliberativo;
III – Por 1/5 (um quinto) dos sócios com direito a participar da Assembleia.

Parágrafo 1° A convocação na forma dos incisos II e III será admitida quando não houver a iniciativa do Presidente do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 2° Para haver a convocação por iniciativa dos conselheiros ou sócios é necessário que estes a requeiram ao Presidente do Conselho Deliberativo

1° SRPJ
CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - P

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

45

expondo os motivos do pedido.

Parágrafo 3° Decorridos 5 (cinco) dias da apresentação do requerimento sem que haja a convocação, poderão os conselheiros ou sócios fazê-lo diretamente, mediante edital em que conste a pauta, data, hora e local, afixado nas dependências do clube e publicado pelo menos duas vezes, em datas sucessivas, em jornal de grande circulação de Curitiba.

Parágrafo 4° A convocação mediante publicação do edital pelos conselheiros ou sócios deverá ser realizada com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos contados da data de realização da Assembleia.

Art. 45 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada 4 (quatro) anos, na primeira quinzena de dezembro para eleger e empossar os membros do Conselho Deliberativo.

Art. 46 A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente:
a) para deliberar sobre a extinção, fusão, incorporação, cisão ou transformação do clube;
b) julgar recurso contra decisão da Câmara de Ética e Disciplina, na hipótese do artigo 40, Parágrafo 3°.
c) quando um fato relevante assim o recomendar.

Parágrafo único. À Assembleia Geral só cabe deliberar sobre matérias que lhe são afetas, dispostas neste Estatuto e na legislação em vigor sendo nulas de pleno direito as deliberações que conflitem com tais disposições.

Seção I
Da Ordem dos Trabalhos

Art. 47 O Edital de convocação, quando de iniciativa do Presidente do Conselho Deliberativo, será afixado na secretaria do clube e publicado pelo menos 1 (uma) vez em jornal de grande circulação em Curitiba com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos contados da data de realização da Assembleia.

Parágrafo único. Do edital constará a pauta da Assembleia, local, horário da primeira convocação e o horário da segunda convocação, que será realizada meia hora após a primeira, se não houver quorum.

Art. 48 Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Assembleia Geral se reunirá em primeira convocação com a presença mínima de 10% (dez por cento) dos sócios habilitados a dela participar e com qualquer número, em segunda convocação.

Parágrafo único Tanto para a formação do quorum quanto para a votação não se permite o voto por procuração.

Art. 49 Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria simples dos

1° SRPJ CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - P

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

46

sócios presentes à Assembleia.

Art. 50 O resumo dos trabalhos de cada Assembleia será registrado em ata lavrada em livro próprio, redigida por um secretário escolhido pelo presidente da Assembleia, devendo ser registrada no 1° Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, onde está registrado o presente Estatuto.

Capítulo II
Conselho Deliberativo

Seção I
Da Definição e Composição

Art. 51 O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação, consulta, fiscalização e de decisão, integrado por sócios que preencham os requisitos estatutários.

Parágrafo 1° O Conselho Deliberativo será dirigido por uma Mesa Diretora, composta por Presidente, 1° Vice-Presidente, 2° Vice-Presidente, 1° Secretário e 2° Secretário, cabendo ao primeiro:
I – dirigir as reuniões, abrir, suspender e encerrá-las;
II – conceder a palavra aos conselheiros e convidados, no momento oportuno;
III - manter a disciplina e fazer observar o Estatuto, podendo cassar a palavra ou determinar a retirada de plenário de quem esteja perturbando a ordem.

Parágrafo 2° Os membros do Conselho Deliberativo são eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 3° Para o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo, somente será permitida uma reeleição.

Art. 52 O Conselho Deliberativo é composto por no mínimo 150 (cento e cinqüenta) e no máximo 300 (trezentos) membros eleitos entre os sócios.

Parágrafo 1° Somente são elegíveis ao Conselho Deliberativo os sócios que preencherem os seguintes requisitos:
I – contarem com mais de 4 (quatro) anos de vida associativa ininterrupta;
II – estiverem no pleno exercício de seus direitos sociais;
III – estiverem adimplentes com a taxa de manutenção e todas as demais obrigações financeiras perante o clube.
IV – não incidirem nas hipóteses de inelegibilidade previstas no Parágrafo 2° ou na legislação em vigor.

Parágrafo 2° São inelegíveis para o cargo de membro do Conselho Deliberativo e para todos os demais que dependam do exercício desse cargo:
I - condenados por crime doloso em sentença definitiva;
II - inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
III - inadimplentes na prestação de contas do clube;

1° SRPJ CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

47

IV - afastados de cargos eletivos ou de confiança do clube em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária;
V – inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;
VI – falidos ou insolventes civis;
VII – pessoas jurídicas associadas ao clube, bem como os representantes que exerçam direito de voto em nome das primeiras; esta limitação não alcança aqueles que, além de representarem pessoa jurídica associada, também sejam sócios por Título subscrito em seu próprio nome.
VIII – cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o 2º (segundo) grau ou por afinidade do presidente ou dirigente máximo do clube.

Parágrafo 3º — Constatada, após a eleição, a incidência de hipótese de inelegibilidade ao membro do Conselho Deliberativo, por fato anterior ou posterior a sua posse, o Conselheiro será destituído do cargo, mediante decisão da Câmara de Ética e Disciplina proferida em procedimento disciplinar, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras penalidades, a juízo da Câmara.

Parágrafo 4º — Poderão ser eleitos novos membros para substituir eventuais demissões ou para preencher vagas existentes quando o número máximo não for alcançado na primeira eleição, com mandato limitado ao do período original. Nessa hipótese, e como exceção ao disposto no art. 45, a eleição será realizada pelos membros do próprio Conselho Deliberativo, em reunião extraordinária especialmente convocada para tal fim. Os eleitos serão imediatamente empossados na mesma reunião.

Art. 53 — Os membros do Conselho Deliberativo que deixarem de comparecer a 3 (três) reuniões sucessivas ou a 5 (cinco) alternadas, sem motivo justificado, perderão, automaticamente, o seu mandato independente de notificação ou aviso.

Parágrafo único — Da mesma forma, perde o mandato o Conselheiro que deixar de efetuar o pagamento da contribuição pecuniária por si devida no valor fixado pelo Conselho Deliberativo.

Seção II
Da Ordem dos Trabalhos

Art. 54 — O Conselho Deliberativo reunir-se-á:
I - Ordinariamente:
a) na primeira reunião após sua posse, a se realizar em até 2 (dois) dias úteis após a Assembleia Geral de eleição, para eleger os membros do Conselho Administrativo, Fiscal e da Câmara de Ética e Disciplina;
b) anualmente, até o dia 25 do mês de abril, para conhecer, discutir e julgar as contas anuais apresentadas pela Diretoria Executiva e o respectivo parecer do Conselho Fiscal.
II - Extraordinariamente:
a) quando convocado por seu Presidente ou a pedido de um mínimo de 2/3 (dois terços) de seus membros;
b) em caso de vacância do cargo de membro titular do Conselho Administrativo, Fiscal ou da Câmara de Ética e Disciplina.

1º SRPJ CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3005 - Curitiba - PI

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

Parágrafo único. A reunião do Conselho Deliberativo poderá ser realizada presencialmente, remotamente e de forma hibrida, a critério do Presidente do Conselho Deliberativo.

Art. 55 A convocação do Conselho Deliberativo será feita através de edital com pauta específica de trabalho, afixado na secretaria do clube e publicado, pelo menos uma vez, em jornal de grande circulação de Curitiba com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos contados da data de realização da reunião.

Parágrafo 1° Do edital constará a pauta, o local, a data e horário da primeira convocação e segunda convocação, que será realizada meia hora após a primeira, se não houver a presença mínima da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo 2° A discussão da pauta poderá ser invertida por determinação do Presidente. O Conselho poderá apreciar e decidir assunto que não conste da pauta se houver manifestação favorável da maioria dos membros presentes.

Art. 56 Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, o Conselho Deliberativo funcionará em primeira convocação com a presença mínima de metade mais um de seus membros efetivos, e em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo único. A reunião será dirigida pelo Presidente do órgão e, à sua falta, pelo 1° Vice-Presidente ou, ambos ausentes, pelo 2° Vice-Presidente ou, em sua ausência, pelo Conselheiro mais idoso.

Art. 57 Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, as deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes à reunião.

Parágrafo 1° Tanto para a formação do quorum quanto para a votação não se permite o voto por procuração.

Parágrafo 2° Os trabalhos de cada reunião serão registrados em ata lavrada em livro próprio, assinada pelo Presidente da reunião e pelo secretário que a redigiu, e deverá ser levada a registro no 1° Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba.

Seção III
Das Atribuições do Conselho Deliberativo

Art. 58 Compete ao Conselho Deliberativo:
I – eleger (inclusive em caso de vacância), empossar e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal e da Câmara de Ética e Disciplina;
II – autorizar os membros da Diretoria Executiva a constituir ou participar de sociedades, inclusive daquelas destinadas a atender as exigências da legislação pertinente à atividade desportiva profissional, estabelecendo

1° SRPJ CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - P

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

49

regras e exigências mínimas a ser observadas em defesa do nome, do patrimônio e da tradição do Club Athletico Paranaense;
III - quando for o caso, indicar e destituir, a qualquer tempo, os representantes do Club Athletico Paranaense em sociedades de que ele participe, inclusive em função da aplicação das normas sobre legislação acerca de desporto profissional;
IV – julgar as contas anuais da Diretoria Executiva e o respectivo parecer elaborado pelo Conselho Fiscal;
V – reformar o Estatuto Social;
VI – autorizar alienação ou oneração real de bens imóveis integrantes do patrimônio do Club Athletico Paranaense;
VII – elaborar e aprovar regimento interno do próprio Conselho Deliberativo e do Club Athletico Paranaense;
VIII – autorizar os membros da Diretoria Executiva a celebrar contrato com sociedade empresária para fins de administração das atividades desportivas praticadas pelo clube de modo profissional, nos termos da legislação desportiva, estabelecendo regras e exigências mínimas a serem observadas em defesa do nome, do patrimônio e da tradição do Club Athletico Paranaense;
IX – solicitar, a qualquer tempo, informações aos membros do Conselho Administrativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e dos eventuais representantes do Club Athletico Paranaense em sociedade de que ele participe;
X – deliberar acerca do destino de superávit produzido diretamente pela atividade do próprio Club Athletico Paranaense ou a ele distribuídos em virtude da atuação de sociedades de que participe, sempre vedada a possibilidade de sua distribuição aos sócios ou diretores executivos;
XI - outorgar honrarias para os benfeitores do Club Athletico Paranaense;
XII – filiar e desfiliar o Club Athletico Paranaense de entidades desportivas;
XIII – fixar o valor de contribuição pecuniária devida por seus próprios membros;
XIV – praticar outros atos, previstos neste estatuto ou implícitos à competência indicada neste artigo;
XV - autorizar a Diretoria Executiva a, nos termos do artigo 62 e seguintes do Código Civil Brasileiro, instituir fundação de direito privado, com finalidades morais, culturais, de assistência ou outras permitidas por lei e compatíveis com as finalidades do clube.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Deliberativo apreciar o Projeto de Estatuto Social da fundação de direito privado, apresentado conjuntamente pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo, acompanhado de proposta de dotação de bens móveis ou imóveis do clube e indicação dos representantes do clube na administração da Fundação. A deliberação se dará em reunião extraordinária especialmente convocada para esse fim, sob quorum de instalação e aprovação previsto nos artigos 56 e 57.

Seção IV
Eleição para o Conselho Deliberativo

1º SRPJ CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 501
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

Art. 59 A eleição para Conselho Deliberativo será realizada pela Assembleia Geral Ordinária, a cada 4 (quatro) anos, na primeira quinzena de dezembro, mediante sufrágio pessoal e secreto dos sócios com direito a voto.

Parágrafo 1° Preferencialmente, a eleição será realizada em data posterior à última partida oficial da equipe principal de futebol do clube no ano de sua realização.

Parágrafo 2° Em nenhuma hipótese admite-se o voto por procuração para representação de pessoa física. Pessoa jurídica associada poderá se fazer representar por preposto credenciado.

Art. 60 O Presidente do Conselho Deliberativo mandará publicar em jornal de grande circulação de Curitiba, por ao menos 3 (três) vezes, o edital de convocação dos sócios para a Assembleia Geral Ordinária, contendo dia, hora, local e número de membros a serem eleitos, e mandará afixá-lo na secretaria do clube.

Parágrafo 1° A primeira publicação do edital e a afixação em secretaria deverão ocorrer com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos contados da data designada para a eleição.

Parágrafo 2° No mesmo edital, será informada a data da primeira reunião ordinária do Conselho Deliberativo a ser eleito, tendo por finalidade eleger o Conselho Administrativo, nos termos do artigo 81 e seguintes deste Estatuto. A reunião deverá ocorrer no primeiro ou no segundo dia útil subseqüente à eleição para o Conselho Deliberativo.

Parágrafo 3° Caso o Presidente do Conselho Deliberativo não promova a publicação de edital de convocação até o dia 3 de dezembro competirá ao Presidente do Conselho Administrativo fazê-lo.

Art. 61 Somente poderão concorrer candidatos inscritos em chapas, registradas na Secretaria do clube com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos contados da data marcada para a Assembleia Geral Ordinária, observado o disposto no artigo 52 e seus Parágrafos 1° e 2° e no artigo 62.

Parágrafo 1° Somente será procedido o registro de chapa cujo requerimento tenha a assinatura de todos os candidatos ou de seus representantes, especialmente constituídos para o ato.

Parágrafo 2° A relação dos nomes de todos os sócios com direito a voto será afixada na secretaria do clube, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos contados da data marcada para a eleição, a fim de que possam ser corrigidos a tempo eventuais erros ou omissões, e de forma que os eleitores e os candidatos possam solicitar a correção da relação até o 5° (quinto) dia anterior ao dia da votação.

Parágrafo 3° O eventual pagamento de taxas de manutenção ou outras obrigações financeiras em atraso, após a publicação da relação descrita no parágrafo

1° SRPJ
CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

anterior, não habilitará o sócio para votar na Assembleia.

Parágrafo 4º — Cada título e cada poltrona de camarote corresponderá a 1 (um) voto de seu respectivo titular.

Art. 62 — Na chapa de candidatos por ocasião de sua apresentação para registro deverá constar:
a) nome da legenda;
b) nome civil de cada candidato com a respectiva assinatura;
c) indicação, dentre os candidatos, daqueles que ocuparão a Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, composta de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário;
d) indicação, dentre os candidatos, de ao menos 10 (dez) integrantes que sejam associados com mais de 5 (cinco) anos de vida associativa ininterrupta;
e) indicação, dentre os candidatos, de um representante da chapa, com endereço eletrônico, número de telefone e endereço;
f) plano de negócios para o próximo triênio, indicando as metas da gestão, as fontes de receita, a destinação das despesas, e o detalhamento das estratégias de administração.

Art. 63 — Com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos contados da data da eleição, o Presidente do Conselho Deliberativo designará uma Junta Eleitoral composta de 3 (três) a 5 (cinco) sócios com mais de 1 (um) ano de vida associativa, com funções para presidir o pleito.

Parágrafo 1º — Competirá à Junta Eleitoral analisar a regularidade das chapas registradas na Secretaria do clube. Caso a Junta considere irregular a chapa, seu representante poderá apresentar defesa prévia, sem direito, todavia, a suprir vícios existentes à época do registro da chapa.

Parágrafo 2º — Havendo apenas uma chapa válida registrada, a Junta Eleitoral deverá comunicar o fato oficialmente ao Presidente do Conselho Deliberativo. A eleição será realizada, então, por aclamação da Assembleia Geral, não se exigindo a composição de mesas eleitorais, instalação de urnas e demais medidas previstas nos artigos 64 a 69.

Parágrafo 3º — Os membros da Junta Eleitoral não poderão fazer parte de chapa ao Conselho Deliberativo.

Art. 64 — As mesas eleitorais designadas pela Junta Eleitoral, em número suficiente para atender a demanda de votantes, serão presididas por seus próprios membros e instaladas na sede do clube.

Parágrafo 1º — As mesas eleitorais serão instaladas nos locais determinados pela Junta Eleitoral meia hora antes do início da votação.

Parágrafo 2º — A votação inicia-se às 10:00 horas e encerra-se às 19:00 horas do mesmo dia.

1º SRPJ CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

52

Parágrafo 3° É proibida a permanência de candidatos nos locais de mesas de votação, permitindo-se, entretanto, a presença de fiscais, em número máximo de 2 (dois) por chapa concorrente.

Parágrafo 4° É vedada a propaganda de candidatos no recinto das mesas eleitorais.

Art. 65 A apuração dos votos inicia-se imediatamente após o encerramento da votação e será procedida pessoalmente pelos integrantes da Junta Eleitoral e pelos Presidentes das mesas eleitorais, seguindo-se, ininterruptamente, até a sua conclusão, salvo caso de força maior.

Art. 66 Para a votação, serão adotadas cédulas únicas, as quais deverão ser assinadas e rubricadas pelo Presidente das mesas eleitorais e pelos representantes de cada chapa, antes do início do pleito.

Parágrafo 1° Cabe à Junta Eleitoral baixar normas complementares para a realização das votações. Poderão ser utilizadas urnas eletrônicas cedidas pelo Poder Público, havendo autorização deste, e/ou votação online.

Parágrafo 2° Nas cédulas não constará a indicação prevista no artigo 62, "d".

Art. 67 Apurados todos os votos em contagem pública, serão lavrados boletins eleitorais e lacradas as urnas, as quais serão entregues ao Presidente do Conselho Deliberativo juntamente com os originais dos boletins assinados pelos responsáveis da apuração.

Parágrafo único. Dos boletins eleitorais serão extraídas cópias autênticas à disposição dos interessados.

Art. 68 Computados os votos e verificado o empate entre duas ou mais chapas, será vencedora aquela cujo candidato a Presidente do Conselho Deliberativo seja declarado sócio mais idoso.

Art. 69 A chapa vencedora será proclamada pela Junta Eleitoral.

Parágrafo único. Durante a eleição e a apuração, os representantes das chapas poderão formular protestos verbais ou escritos à Junta Eleitoral, quanto a quaisquer irregularidades que houverem ocorrido. A Junta decidirá de imediato, fazendo constar a decisão na ata da Assembleia.

Art. 70 Imediatamente após proclamada a chapa vencedora, o Presidente do Conselho Deliberativo que dirigiu a Assembleia declarará empossados os integrantes da nova chapa, cabendo ao novo Presidente do Conselho Deliberativo dar seguimento à Assembleia até seu encerramento.

1° SRPJ
CURITIBA - PR

Capítulo III
Presidentes de Honra

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

Art. 71 A Assembleia Geral poderá conferir a Ex-Presidentes do Conselho Deliberativo ou Administrativo que houverem prestado relevantes serviços ao clube o título especial de "Presidente de Honra".

Art. 72 O título de "Presidente de Honra" poderá ser concedido também como homenagem *post mortem*.

Art. 73 Os Presidentes de Honra poderão participar das Assembleias Gerais e reuniões do Conselho Deliberativo, tendo direito a se manifestar, mas somente poderão votar se detiverem, pessoalmente, a condição de sócios habilitados ao voto por força de Título Social.

Capítulo IV
Conselho Administrativo e Diretoria Executiva

Seção I - Da Definição, Composição e Mandato do Conselho Administrativo

Art. 74 O Conselho Administrativo é órgão dirigente de deliberação colegiada, composto por um mínimo de 3 (três) e um máximo de 9 (nove) membros, sendo obrigatoriamente um Presidente, um 1° Vice-Presidente e um 2° Vice-Presidente.

Parágrafo 1° A função de membro do Conselho Administrativo é gratuita, mas assegura ao sujeito o direito de reembolso das despesas realizadas no interesse do clube.

Parágrafo 2° Os membros do Conselho Administrativo são eleitos pelo Conselho Deliberativo, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 3° Para o cargo de Presidente do Conselho Administrativo, somente será permitida uma reeleição.

Parágrafo 4° O 1° Vice-Presidente assumirá automaticamente a presidência em caso de vacância definitiva do cargo pelo Presidente ou licença temporária deste, informada por escrito ao Conselho Deliberativo. Aplica-se a mesma regra para a eventual assunção sucessiva do 2° Vice-Presidente.

Art. 75 Os membros do Conselho Administrativo deverão atuar com diligência e lealdade, sempre visando o benefício do clube, respeitado o seguinte:
I – aquele que aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros, terá de restituí-los ao clube, ou pagar o equivalente, com todos os lucros resultantes, e, se houver prejuízo, por ele também responderá;
II – o membro do Conselho Administrativo responderá civilmente com seus bens pessoais pelos prejuízos que causar, quando proceder:
a) dentro de suas atribuições ou poderes, com dolo; ou
b) com violação da lei ou do estatuto.
III - O membro do Conselho Administrativo não é responsável por atos ilícitos de outros membros, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de

1° SRPJ CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

agir para impedir a sua prática. Exime-se de responsabilidade o membro do Conselho Administrativo dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do Conselho Administrativo ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho Administrativo, ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo.

Art. 76 Para candidatar-se ao cargo de membro do Conselho Administrativo, o sócio deve preencher os seguintes requisitos:
I – ser membro do Conselho Deliberativo eleito na eleição imediatamente anterior à eleição para o Conselho Administrativo;
II – contar com mais de 5 (cinco) anos de vida associativa ininterrupta;
III – estiver no pleno exercício de seus direitos sociais e adimplente com a taxa de manutenção e todas as demais obrigações financeiras perante o clube.
IV – não incorrer nas hipóteses de inelegibilidade previstas no Parágrafo 2º do artigo 52 e na legislação em vigor;
V – apresentar certidões negativas de ações cíveis e criminais, na Justiça Comum Estadual e Federal bem como certidão negativa de protesto de títulos na comarca de Curitiba e na comarca em que o candidato residir, se diversa;
VI – não participar, na condição de parte ou advogado, em processo judicial em que o clube seja parte contrária, nem ser sócio de pessoa jurídica que se encontre em tal situação;
VII – apresentar declaração de ciência das responsabilidades contidas no artigo 75 deste Estatuto.
VIII – não ser cônjuge e/ou parente consanguíneo ou afins, até o 2º (segundo) grau ou por afinidade do presidente ou dirigente máximo do clube.

Parágrafo único Constatada, após a eleição, a incidência de hipótese de inelegibilidade ao membro do Conselho Administrativo, por fato anterior ou posterior a sua posse, o Conselheiro será destituído do cargo, mediante decisão da Câmara de Ética e Disciplina, confirmada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 77 O Conselho Deliberativo poderá, a qualquer tempo e a seu critério, por deliberação adotada em reunião extraordinária, alterar a composição do Conselho Administrativo.

Parágrafo único. A alteração poderá consistir em:
I – inclusão de novo membro proveniente do Conselho Deliberativo, respeitados o limite de membros previsto no artigo 74 e os requisitos estatutários para o exercício do cargo;
II – exclusão de membro do Conselho Administrativo originariamente eleito, atendendo a pedido de demissão deste ou por vontade do Conselho Deliberativo, sem necessidade de externar os motivos;
III – alteração na ocupação dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente ou 2º Vice-Presidente do Conselho Administrativo.

Seção II
Das Atribuições do Conselho Administrativo

1º SRPJ
CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

Art. 78 Compete ao Conselho Administrativo:
I – nomear e destituir, a qualquer tempo, os membros da Diretoria Executiva e fixar a remuneração deles;
II – fiscalizar, com acesso a todos os documentos e verificação de todos os atos, a atuação dos membros da Diretoria Executiva;
III – fixar as orientações a serem adotadas pela Diretoria Executiva na condução das atividades sociais;
IV – determinar à Diretoria Executiva, quando for o caso, a adoção de providências específicas para controle da atividade e administração de sociedades de que o Club Athletico Paranaense seja sócio;
V – elaborar seu regimento interno, inclusive para o fim de estabelecer coordenadores de atividades distintas e diversas, destinadas a dinamizar a atividade interna da entidade;
VI - criar, extinguir e modificar, a qualquer tempo, departamentos internos do Club Athletico Paranaense, fixando-lhe as atribuições e designando seus responsáveis;
VII – autorizar os diretores a contratar atletas profissionais, a encerrar contratos de trabalho e a promover a cessão ou transferência, definitiva ou temporária, gratuita ou onerosa dos contratos mantidos com aludidos atletas profissionais;
VIII - autorizar os diretores a contrair obrigações em nome do Club Athletico Paranaense de valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
IX - fiscalizar a atividade dos representantes do Club Athletico Paranaense em sociedades de que ele participe, exigindo relatórios semestrais, no mínimo, e obtendo através deles todos os dados relacionados ao desenvolvimento das atividades da referida sociedade;
X – determinar à Diretoria Executiva a contratação de auditoria independente, quando for o caso;
XI – cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo;
XII – aprovar, no primeiro bimestre de cada ano, o Orçamento anual e o Fluxo de Caixa anual da Diretoria Executiva;
XIII – fixar o valor da taxa de manutenção devida por todos os associados.

Seção III - Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 79 A Diretoria Executiva é o órgão executivo com competência exclusiva e privativa de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, do Club Athletico Paranaense perante terceiros. Compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros, todos sócios, nomeados pelo Conselho Administrativo para mandato de 4 (quatro) anos, com possibilidade de recondução mas destituíveis a qualquer tempo, independente de justa causa.

Parágrafo 1° A ata da reunião do Conselho Administrativo em que houver ocorrido a nomeação (ou destituição) de membros da Diretoria Executiva será levada a arquivamento no 1° Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, constituindo-se em documento probatório em face de terceiros.

Parágrafo 2° A Diretoria Executiva será integrada por 5 (cinco) diretores, sendo um Diretor Superintendente, um Diretor Financeiro, um Diretor de

1° SRPJ CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

56

Patrimônio, um Diretor Esportivo e um Diretor Jurídico, sendo que estas duas últimas não são de preenchimento obrigatório.

Parágrafo 3° A função de diretor será remunerada, incumbindo ao Conselho Administrativo a fixação dos valores e a forma de sua distribuição entre os diretores.

Parágrafo 4.° Inexiste subordinação hierárquica entre os membros da Diretoria Executiva, exceto destes em relação ao Diretor Superintendente, que exercerá e fiscalizará o cumprimento das atribuições dos demais.

Parágrafo 5° Aplicam-se aos membros da Diretoria Executiva todas as regras do artigo 75 do Estatuto Social.

Parágrafo 6°. Os Diretores, dirigentes ou administradores que praticarem atos de gestão temerária, conforme o rol do Art. 25 da Lei 13.155 de 2015, independentemente de condenação judicial ou imposição de penalidade administrativa, poderão ser afastados imediatamente por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo e serão declarados inelegíveis pelo período subsequente de 5 (cinco) anos.

Art. 80 Competirá:
I - ao Diretor Superintendente:
a) representar o Club Athletico Paranaense, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, perante terceiros, respeitados os requisitos presentes neste Estatuto;
b) receber citações em processos judiciais ou notificações extrajudiciais, quando dirigidas ao Club Athletico Paranaense;
c) constituir procuradores judiciais e (ou) extrajudiciais, outorgando-lhe poderes para o foro em geral ou especiais;
d) determinar o cumprimento fiel e pontual do Orçamento e Fluxo de Caixa anuais, bem como todas as obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias;
e) representar, em conjunto com o Diretor Financeiro, o Club Athletico Paranaense em face de instituições financeiras, somente sendo válida a emissão ou endosso de cheques, ordens de pagamento e similares com a assinatura conjunta de ambos;
f) firmar todos os contratos de que participe o Club Athletico Paranaense, sempre em conjunto com outro diretor, cuja identificação se fará em função da respectiva área de atribuição, respeitada a indispensável autorização prévia do Conselho Deliberativo e (ou) do Conselho Administrativo, nos casos em que tal for exigido por este estatuto;
g) substituir ao diretor esportivo, em seus impedimentos e ausências.

II - ao Diretor Financeiro:
a) administrar as atividades financeiras do Club Athletico Paranaense;
b) cumprir o Orçamento e Fluxo de Caixa anuais, preparados pelo Conselho Administrativo;

1° SRPJ CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

57

c) elaborar balancetes mensais de acompanhamento da evolução das contas do Club Athletico Paranaense;
d) comunicar, através de correspondência escrita, ao Diretor Superintendente a ausência de recursos para cumprimento tempestivo de obrigações do Club Athletico Paranaense;
e) superintender as funções de contabilização das contas do Club Athletico Paranaense, velando para que a contabilidade esteja em dia e em ordem;
f) relacionar-se, em nome do Club Athletico Paranaense, com instituições financeiras, ressalvando-se que a abertura de conta corrente bancária, a emissão ou o endosso de cheques, ordens de pagamento e hipóteses similares somente serão válidas através da assinatura conjunta do Diretor Financeiro e do Diretor Superintendente;
g) firmar os contratos de que participe o Club Athletico Paranaense, na sua área de atribuições, em conjunto com o Diretor Superintendente, respeitada a indispensável autorização prévia do Conselho Deliberativo e (ou) do Conselho Administrativo, nos casos em que tal for exigido por este estatuto.

III - ao Diretor de Patrimônio:
a) administrar o setor de patrimônio do Club Athletico Paranaense;
b) elaborar e encaminhar ao Diretor Financeiro demonstrativo acerca das despesas e receitas relacionadas com o patrimônio do Club Athletico Paranaense;
c) firmar os contratos de que participe o Club Athletico Paranaense, na sua área de atribuições, em conjunto com o Diretor Superintendente, respeitada a indispensável autorização prévia do Conselho Deliberativo e (ou) do Conselho Administrativo, nos casos em que tal for exigido por este estatuto.

IV - ao Diretor Esportivo, respeitada a competência do Diretor Superintendente:
a) representar o Club Athletico Paranaense em face das entidades de administração do desporto, sejam de âmbito nacional ou regional, assim entendidas a Confederação Brasileira de Futebol - CBF, o Comitê Olímpico Brasileiro - COB, o Comitê Paraolímpico Brasileiro, a Federação Paranaense de Futebol, dentre outras;
b) administrar as atividades desportivas do Club Athletico Paranaense.

V - ao Diretor Jurídico as atividades de consultoria jurídica do Club Athletico Paranaense, competindo-lhe sugerir ao Conselho Administrativo os nomes de advogados autônomos ou empregados para defesa dos interesses da associação.

Parágrafo 1° Nas hipóteses em que as entidades de administração do desporto exigirem que a associação seja representada por uma única pessoa física, o Club Athletico Paranaense sê-lo-á pelo Diretor Superintendente.

Parágrafo 2° Todos os membros da Diretoria Executiva têm o dever de cumprir as orientações do Conselho Deliberativo e do Conselho Administrativo, assim como fornecer esclarecimentos e exibir documentos, a qualquer

1° SRPJ CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 501
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

58

tempo, àqueles órgãos e a eles comunicar, de modo formal e explícito, através de correspondência protocolada, a ocorrência de irregularidades, mesmo que relacionadas à atividade de outro diretor ou funcionário, sob pena de responsabilidade pessoal e solidária pelos atos irregulares.

Parágrafo 3° A Diretoria Executiva não é órgão de deliberação colegiada, mas os diretores deverão elaborar em conjunto, anualmente, demonstração de resultado e balanços, de acordo com os princípios geralmente aceitos da Contabilidade, para sua apreciação pelo Conselho Administrativo e pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo 4° Excepcionalmente, caso haja vacância no cargo de Diretor de Patrimônio ou de Diretor Financeiro, o Diretor Superintendente poderá cumular a sua função com essa outra e a Diretoria Executiva será composta por 2 (dois) membros. Ambos terão, em conjunto, competência para a prática de todos os atos para os quais Estatuto exija a intervenção de 2 (dois) Diretores.

Seção IV
Eleição para o Conselho Administrativo

Art. 81 A eleição para o Conselho Administrativo será realizada pelo Conselho Deliberativo em reunião ordinária, a ocorrer no primeiro ou segundo dia útil subsequente à Assembleia Geral que elegeu o Conselho Deliberativo. A reunião terá início às 18h30, em primeira convocação, ou às 19hs em segunda convocação.

Parágrafo único Em nenhuma hipótese admite-se o voto por procuração para representação de pessoa física. Pessoa jurídica associada poderá se fazer representar por preposto credenciado.

Art. 82 O edital de convocação da eleição para o Conselho Deliberativo previsto no artigo 60, §2.°, incluirá também a convocação para a reunião ordinária de eleição do Conselho Administrativo.

Art. 83 O Presidente do Conselho Deliberativo recém-empossado conduzirá a reunião ordinária para eleição do Conselho Administrativo.

Art. 84 Aberta a reunião, poderão ser apresentadas chapas para o Conselho Administrativo no prazo de 30 (trinta) minutos.

Art. 85 As chapas observarão os requisitos indicados no artigo 76, sob pena de nulidade.

Art. 86 Na chapa de candidatos por ocasião de sua apresentação para registro deverão constar:
a) nome da legenda;
b) nome civil de cada candidato com a respectiva assinatura.
c) nome do candidato a Presidente, Primeiro Vice-Presidente e Segundo Vice-Presidente.

Art. 87 Para apresentação da chapa, o candidato poderá ser representado por

1° SRFJ CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3995 - Curitiba - P

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

59

procurador.

Art. 88 Findo o prazo de apresentação das chapas, a Mesa Diretora do Conselho Deliberativo analisará sua regularidade, podendo solicitar diretamente aos candidatos eventuais esclarecimentos e suprimento de irregularidades.

Art. 89 Havendo apenas uma chapa, a eleição se dará por aclamação.

Art. 90 Em caso de registro de duas ou mais chapas, a eleição se dará por manifestação nominal.

Parágrafo único. Finda a coleta dos votos, o Presidente do Conselho Deliberativo proclamará a chapa vencedora.

Art. 91 Imediatamente após proclamada a chapa vencedora, o Presidente do Conselho Deliberativo declarará empossados os novos integrantes do Conselho Administrativo e dará prosseguimento à reunião, até seu encerramento.

Capítulo V
Conselho Fiscal

Seção I
Da Definição, Composição e Mandato

Art. 92 O Conselho Fiscal é o órgão de controle da gestão financeira do clube, composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, todos membros do Conselho Deliberativo.

Art. 93 Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pelo Conselho Deliberativo nos termos do artigo 54, I, alínea "a" e terão mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução.

Parágrafo 1° O Presidente do Conselho Fiscal será eleito pelos demais membros, na primeira reunião após a posse. Na mesma reunião, será definida a ordem de preferência entre os suplentes.

Parágrafo 2° Em caso de vacância temporária ou definitiva de um membro titular, devidamente comprovada, assumirá o suplente em primeiro lugar na ordem de preferência.

Parágrafo 3° O Conselho Fiscal deverá ser integrado, preferencialmente, por profissionais de Economia, Contabilidade, Direito e Administração, ou empresários que comprovem exercício de cargo de direção financeira.

Parágrafo 4° São incompatíveis as funções de membro do Conselho Fiscal com as de membro do Conselho Administrativo, da Diretoria Executiva, da Câmara de Ética e Disciplina, da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, ou com a função de empregado do clube.

1° SRPJ
CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

60

Art. 94 O mandato dos membros do Conselho Fiscal se estenderá até a entrega, ao Conselho Deliberativo, do parecer sobre as contas da Diretoria Executiva relativas ao terceiro exercício financeiro sujeito àquela gestão do Conselho Fiscal.

Seção II
Das Atribuições

Art. 95 Compete ao Conselho Fiscal:
I - Eleger o seu Presidente;
II – Examinar os balancetes trimestrais do Departamento Financeiro e os balanços anuais referentes a exercícios findos, apresentados pela Diretoria Executiva;
III – Apresentar ao Conselho Deliberativo parecer sobre as contas da Diretoria Executiva relativas ao exercício anterior;
IV – Examinar a contabilidade do clube;
V – Solicitar ao Departamento Financeiro, quaisquer esclarecimentos indispensáveis ao seu parecer;
VI - Denunciar ao Conselho Deliberativo as irregularidades que ocorrerem, sugerindo as medidas que devem ser tomadas em defesa dos interesses do clube, sendo que tal solicitação poderá ser dirigida ao próprio Presidente do Conselho Administrativo;
VII - Solicitar ao Presidente do Conselho Administrativo a convocação do Conselho Deliberativo, quando ocorrerem motivos graves e urgentes na gestão financeira do clube;
VIII - Exercer em toda plenitude as prerrogativas que lhe são próprias, por força da lei.

Art. 96 O Departamento Financeiro obriga-se a franquear, para exame do Conselho Fiscal, todos os livros, documentos de receita e de despesas, títulos, comprovantes de depósitos bancários e tudo o mais que interessar à gestão financeira do clube.

Parágrafo 1° O Conselho Fiscal promoverá auditorias especiais sempre quando lhe pareçam necessárias ao esclarecimento de dúvidas sobre o exercício contábil.

Parágrafo 2° Caso o Departamento Financeiro não envie ao Conselho Fiscal os balancetes trimestrais e o balanço anual até o décimo quinto dia útil do segundo mês subseqüente ao de sua correspondência, o Conselho Deliberativo deverá apurar a responsabilidade pelo atraso.

Art. 97 O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente 1 (uma) vez a cada trimestre. Extraordinariamente em qualquer época, quando convocado por 2 (dois) de seus membros ou por seu Presidente, pelo Presidente do Conselho Administrativo ou pelo Presidente do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 1° As decisões do Conselho Fiscal, reduzidas a termo, serão lavradas no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

1° SRPJ CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE
ESTATUTO SOCIAL

61

Parágrafo 2° As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas pelo voto da maioria de seus membros titulares.

Art. 98 O Conselho Fiscal será solidariamente responsável se apurada alguma irregularidade na gestão financeira do clube, não denunciar o fato ao Conselho Deliberativo imediatamente após o seu conhecimento.

1° SRPJ
CURITIBA - PR
2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE
ESTATUTO SOCIAL

62

TÍTULO V

PATRIMÔNIO SOCIAL, RECEITA E DESPESA

Capítulo I
Patrimônio Social

Art. 99 Constituem patrimônio do clube:
I - O Estádio Joaquim Américo Guimarães, o Centro Administrativo e Técnico *Alfredo Gottardi* e os todos os demais bens imóveis registrados em seu nome, com os respectivos bens móveis que os guarneçam;
II - Taças, troféus e medalhas;
III - Direitos autorais do Hino do Club Athletico Paranaense;
IV - Direitos federativos de atletas, na forma da legislação em vigor;
V – Direitos de propriedade imaterial sobre o nome e símbolos do Club Athletico Paranaense e outros direitos materiais e imateriais sob o seu domínio.

Capítulo II
Receita e Despesa

Seção I
Das Receitas

Art. 100 Constitui receita do clube:
I - Contribuições dos sócios;
II - Taxas e emolumentos;
III - Alugueres;
IV – Licença do uso do nome e marcas do clube;
V - Permissão de uso de direito de imagem;
VI - Permissão e cessão do direito de arena;
VII - Ingressos de espetáculos e jogos;
VIII - Doações em geral;
IX – Renda proveniente da cessão temporária ou definitiva de direitos federativos de atletas, na forma da legislação específica;
X - Receita de aplicações financeiras;
XI - Receitas da comercialização de alimentos e bebidas em jogos, eventos e espetáculos;
XII - Receitas da organização, produção, promoção e realização de espetáculos e eventos nas dependências do clube;
XIII - Rendas provenientes de patrocínios em jogos, eventos e espetáculos;
XIV - Receitas de diversos serviços e empreendimentos no clube;
XV - Produto da venda de materiais de qualquer natureza;
XVI – Outras receitas não especificadas.

Parágrafo único. O clube aplicará integralmente suas rendas, recursos, e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais no território nacional.

1° SRPJ CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PI

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE
ESTATUTO SOCIAL

Seção II
Das Despesas

63

Art. 101 Constituem despesas do clube:
I - Pagamento de Impostos, taxas e serviços;
II - Pagamentos de salários e de encargos sociais;
III - Pagamentos de encargos financeiros;
IV - Gastos com a administração;
V – Reembolso de despesas de representação na forma deste Estatuto;
VI - Custeio de promoções sociais esportivas, culturais e artísticas;
VII - Gastos com material esportivo e uniformes;
VIII - Gastos com locomoção e estada de atletas e dirigentes em viagens a serviço do clube;
IX - Pagamento de prêmios aos atletas;
X – Contratação de atletas;
XI - Gastos com a aquisição e conservação de bens móveis e imóveis;
XII - Despesas diversas e eventuais para a manutenção e no interesse geral do clube.

1º SRPJ
CURITIBA - PR

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE
ESTATUTO SOCIAL

64

TÍTULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Capítulo I
Das Disposições Gerais

Art. 102 No caso de renúncia completa dos membros eleitos do Conselho Administrativo, assumirá a sua direção o Presidente do Conselho Deliberativo, que procederá nova eleição.

Art. 103 O exercício financeiro se inicia em 1° de janeiro e se encerra no dia 31 de dezembro, quando deverá ser levantado o Balanço Geral.

Art. 104 Fica criada a Comenda Atleticana, formada por personalidades de reconhecimento público, pelos seus serviços prestados à coletividade, como também vultos eméritos perante a Comunidade Atleticana cuja concessão será votada, por proposição de qualquer sócio, pelo Conselho Deliberativo.

Art. 105 A interpretação dos dispositivos estatutários, bem como a integração de eventuais casos omissos, será da competência exclusiva do Conselho Deliberativo, em instância única e definitiva.

Art. 106 Os prazos previstos neste Estatuto serão computados nos termos dos artigos 178 e seguintes do Código de Processo Civil, no que couber.

Parágrafo único. Excepcionalmente, os prazos que se contam regressivamente – artigos 44 §4°, 47, 55, 60 §1.°, 61 e §2.° e 63 - fluirão a partir do primeiro dia imediatamente anterior ao da Assembleia ou reunião, ainda que não seja dia útil. O ato em questão poderá ser praticado até o dia em que termina a contagem regressiva do prazo.

Art. 107 O texto atualizado do presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação, 3 de novembro de 2008.

Parágrafo único. Futuras reformas ao Estatuto entrarão em vigor na data de sua aprovação, salvo disposição em contrário adotada na própria reunião que determinou a reforma.

Capítulo II
Das Disposições Transitórias

Artigo 108 Os sócios que se associaram até 03 de novembro de 2008 não ficarão sujeitos ao prazo de 3 (três) anos estabelecido no novo artigo 42 para participar das Assembleias Gerais, mas ao prazo de 1 (um) ano exigido pela regra anterior, desde que cumpram os demais requisitos e mantenham vínculo associativo ininterrupto.

Parágrafo 1° Para os sócios que se associarem a partir de 04 de novembro de 2008, será aplicado o artigo 42 na nova redação.

Parágrafo 2° O associado enquadrado no *caput* deste artigo que venha a ser excluído do quadro social em razão de inadimplemento financeiro e, posteriormente, firme novo Título social ficará sujeito ao artigo 42 na nova redação. O

1° SRPJ
CURITIBA - PR

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PI

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE
ESTATUTO SOCIAL

65

prazo de vida associativa será contado a partir da data de subscrição do novo Título, descartando-se o prazo relativo ao Título anterior.

Artigo 109 — Para o associado enquadrado no *caput* do artigo 108 e que desejar integrar chapa para a eleição ao Conselho Deliberativo de 08 de dezembro de 2008, o requisito de vida associativa ininterrupta superior a 4 (quatro) anos, previsto no novo artigo 52, parágrafo 1°, inciso I, fica alterado para 1 (um) ano, conforme regra anterior. Todos os demais requisitos e regras previstos no texto atualizado do Estatuto têm aplicabilidade imediata a partir da data de sua aprovação.

Parágrafo único. — Para a eleição ao Conselho Deliberativo programada para dezembro de 2011, o requisito de vida associativa ininterrupta superior a 4 (quatro) anos, previsto no novo artigo 52, parágrafo 1°, inciso I, fica alterado para 1 (um) ano somente para os sócios que tenham ingressado no quadro social do clube até 03 de novembro de 2008 e mantenham vida associativa ininterrupta até a data da eleição de dezembro de 2011.

Art. 110 — Excepcionalmente para a Eleição ao Conselho Deliberativo marcada para 08 de dezembro de 2008, os prazos do procedimento eleitoral serão aqueles previstos no texto anterior do Estatuto:
I – nomeação de Junta Eleitoral – 15 (quinze) dias de antecedência;
II – publicação de edital e afixação de relação de nomes em secretaria – 10 (dez) dias de antecedência;
III - apresentação de chapas – 5 (cinco) dias de antecedência.

Art. 111 — Fica facultado à Câmara de Ética e Disciplina elaborar código disciplinar descrevendo detalhadamente as infrações disciplinares e suas respectivas penalidades, o qual terá força obrigatória após aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Auditório do Estádio Joaquim Américo Guimarães, 04 de dezembro de 2021.

Aguinaldo Coelho de Farias
Presidente do Conselho Deliberativo

Paulo Afonso Cunali
1.ª Vice-Presidente do Conselho Deliberativo

Ney Pinto Varella Neto
2° Vice-Presidente do Conselho Deliberativo

2° OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 501
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

2° Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas – Curitiba – PR
Nilo Liberato de Souza Sampaio - Titular

DISTRIBUÍDO SOB Nº 124-1241
AO 1ºOFÍCIO
Selo Digital: F378a.5Gq9G.OIYaI-B9OaV ee4XW
https://selo.funarpen.com.br
CUSTAS
Lei Estadual nº11960/97,Tabela XVI-Distrib IIe,III,IV e nota 2. Cobrança selo de cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0.248
DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R$20.62
AVERBAÇÃO (26 VRCs) R$ 7.67
SELO R$ 2.98 Curitiba,28/04/2

1 SERVIÇO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
JOSÉ MENDES CAMARGO • Titular
Rua Marechal Deodoro, 869 • 5º andar sl 504 • Centro • CEP 80.060-010 Curitiba • PR • Tel./Fax (41) 3016-9007 www.1ortdcamargo.com.br

PROTOCOLADO SOB Nº 982.174
REGISTRADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.197.011
AVERBADO A MARGEM DO Nº DE ORDEM 8.656 Livro "A"
Curitiba-PR, 29 de abril de 2022
Emolumentos R$66.10 (VRC 3.00) Funrejus R$9.04 ISSQN R$2.50
FUNDEP R$ 3.26 Selo R$ 1.32
José Mendes Camargo Michelle Mendes Camargo
Audrey Marisun Nejm Diomar Ajala Baleeiro
Lisete Mendes Camargo Paola Mendes Camargo
SELO DIGITAL Nº 1306MqUqdMN7xa2Rqf2tl3eWh

1º SRPJ CURITIBA - PR

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

ESCOLA FURACÃO

FUNDAÇÃO ATHLETICO PARANAENSE

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONVÊNIO – PROJETOS SOCIAIS
Para Implementação e Manutenção da Metodologia da Escola Furacão.
Conforme Lei 9.279 de 14 de maio de 1996 – INPI processo nº 904718808

66

SEDE:
Endereço Escola:

São PARTES deste Convênio:

1) **RAZÃO SOCIAL**, pessoa jurídica de direito público, com sede em CURITIBA/PR, na Av. nº Bairro: CEP: CNPJ: , representada pelo Exmo. Prefeito , doravante denominado MUNICIPIO;

2) **FUNDAÇÃO CLUB ATHLETICO PARANAENSE**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba – PR, na Estrada do Ganchinho, nº 1451, Bairro Sitio Cercado, CEP 81930-160, CNPJ 44.844.194/0001-87, por seu representante legal Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha, doravante denominado FUNCAP.

E ainda, na qualidade de Interveniente Anuente:

3) **CLUB ATHLETICO PARANAENSE**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba/PR, na Rua Buenos Aires, n° 1270, Bairro Água Verde, CNPJ 76.710.649/0001-68, por seu representante legal Alexandre Barreira Leitão, doravante denominado CAP.

a) CONSIDERANDO que o MUNICÍPIO tem interesse na instalação de uma *Escola de Futebol* em sua base territorial, para oferecer lazer à população do Município e estimular a prática desportiva, como meio de integração social, socialização e transmissão de valores relevantes no seio da comunidade;

b) CONSIDERANDO que o CAP na data de 24.01.2022 firmou o Contrato de Licença de Uso de Marca e Cessão de Direitos, por meio do qual o CAP concedeu à FUNCAP a licença de uso dos direitos da marca Escola Furacão para a finalidade de execução das atividades da FUNCAP;

c) CONSIDERANDO que a FUNCAP é uma fundação que tem finalidade assistencial, educacional, moral, cultural e esportiva, destinada a promover a cultura do esporte, bem como o apoio as crianças, aos jovens e à família;

d) CONSIDERANDO que a FUNCAP, com o apoio do CAP, reúne todas os conhecimentos técnicos, pedagógicos e desportivos necessários para instalação e manutenção de uma Escola *Furacão*,

As PARTES firmam o presente CONVÊNIO, conforme cláusulas e condições abaixo:

1.OBJETO: Pelo presente, as PARTES definem obrigações recíprocas, com a finalidade de instalação e funcionamento de uma *Escola Furacão* nas instalações desportivas do MUNICÍPIO na cidade na cidade de _____/__ End. _____

1.1. Durante a vigência deste contrato, a FUNCAP concorda em não estabelecer, operar ou autorizar terceiros a instalar uma *Escola Furacão*, num raio de 5 km e, igualmente o MUNICÍPIO obriga-se a não instalar a *Escola Furacão* ora licenciada em um raio de 5km de outra *Escolas Furacão* já instaladas. Excepcionalmente, em casos em que a capacidade econômica de uma localidade/bairro justificar, a FUNCAP poderá flexibilizar a distância especificada anteriormente para um raio menor.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

1.2 A *Escola Furacão* terá como finalidade precípua a prática desportiva, técnica (ensinamento dos princípios dos fundamentos do futebol), educacional e social, sem caráter de rendimento, buscando alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, de acordo com os princípios previstos no art. 217 da Constituição Federal e nos dispositivos da Lei 9.615/98.

1.3 São partes integrantes do presente Convênio, o Regimento Interno e os Manuais de Normas e Procedimentos (metodologia CAP) os quais estabelecem outros direitos e deveres a serem cumpridos pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão contratual, na forma da Cláusula Quatorze do presente Convênio.

2.DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS: Caberá ao MUNICÍPIO disponibilizar as instalações desportivas para funcionamento, mantendo-as em perfeito estado de limpeza e conservação, que deverão conter:

a) Um campo de grama sintética ou natural ou quadra de futsal com traves devidamente instaladas, redes, marcação, piso plano, seguro e apropriado para prática esportiva;

b) vestiários;

c) Sala para secretaria, equipada no mínimo com telefone e computador com acesso à internet e impressora;

d) Depósito para materiais esportivos devidamente acondicionados e identificados.

3. HORÁRIO DE UTILIZAÇÃO E TURMAS: As instalações desportivas serão utilizadas durante as aulas ministradas aos ALUNOS da *Escola Furacão.*

3.1 As aulas serão ministradas em dias e horários a serem acordados entre MUNICÍPIO e FUNCAP.

3.2 Por mútuo acordo, as PARTES poderão alterar os horários de utilização.

3.3 Cada turma conterá inscritos, no máximo, 25 (vinte e cinco) alunos na grama sintética, 30 (trinta) alunos na grama natural e 20 (vinte) alunos no Mamadeira Kids ou Futsal.

3.4 O MUNICÍPIO deverá obrigatoriamente efetuar o cadastro e matrícula dos ALUNOS no sistema web de gestão administrativa do CAP.

4.RECURSOS HUMANOS: O MUNICÍPIO, disponibilizará corpo de profissionais com, 1 (um) professor de Educação Física com CREF que será o responsável por ministrar as aulas, 1 (um) estagiário estudante de Educação Física e 1 (uma) Secretária, para escolas até 100 alunos. A cada 50 novos alunos deverá contratar 01 (um) novo estagiário e a cada 100 alunos 01 (um) novo professor com CREF.

4.1 A remuneração dos profissionais será custeada isoladamente pelo MUNICÍPIO.

4.2 A FUNCAP capacitará o (s) professor (es) de Educação Física para ministrarem atividades técnicas, pedagógicas e psicomotoras aos alunos de acordo com a metodologia CAP, a qual integra esse Convênio, visando o desenvolvimento da formação técnica, educacional, social e da cidadania.

4.3 O MUNICÍPIO e seus profissionais estarão sujeitos a avaliação constante pela FUNCAP, a qual poderá exigir o desligamento tanto do MUNICÍPIO, como também, do profissional (is) que não apresente (m) aptidão física, técnica ou intelectual para o exercício da profissão, ou que pratiquem qualquer ato que possa prejudicar a imagem da FUNCAP e/ou do CAP.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

4.4 Caberá ao MUNICÍPIO a responsabilidade por eventual ato ilícito praticado pelos professores, estagiários, secretária ou qualquer outro profissional a ele subordinado, bem como por qualquer sanção ocasionada por eventual irregularidade ou ausência do registro do profissional junto ao CREF. 68

4.5 Em caso de condenação judicial da FUNCAP e/ou do CAP em ação judicial promovida em face de ato ilícito referido no item anterior, o MUNICÍPIO, deverá efetuar o pagamento integral previamente de todos os valores a serem despendidos pela FUNCAP e/ou CAP, bem como dos valores já gastos com custas e honorários advocatícios.

4.6 Caso o MUNICÍPIO não efetue o pagamento integral prévio, ficará obrigado a reembolsar a quantia desembolsada judicialmente pela FUNCAP e/ou CAP, bem como demais despesas (honorários advocatícios, custas e outros), acrescida de multa de 10% (dez por cento), concordando, desde já, o MUNICÍPIO para todos os efeitos, ser essa dívida líquida e certa, passível de execução.

5.RESPONSABILIDADE TRABALHISTA: O presente Convênio não importa em vínculo de ordem trabalhista entre os profissionais contratados pelo MUNICÍPIO e a FUNCAP e/ou CAP. Em caso de eventual ação judicial trabalhista movida por profissional do MUNICÍPIO em face da FUNCAP e/ou do CAP, isoladamente ou como responsável subsidiário ou solidário com o MUNICÍPIO, este se obriga a assumir o pólo passivo da ação, declarando e reconhecendo desde logo não ter a FUNCAP e/ou CAP qualquer responsabilidade na lide.

5.1 Em caso de condenação judicial da FUNCAP e/ou CAP em ação judicial referida no caput da presente cláusula, o MUNICÍPIO deverá efetuar o pagamento integral previamente ao momento em que a FUNCAP e/ou CAP venha a ser obrigado a fazê-lo, de todos os valores a serem despendidos, bem como dos valores já gastos com custas e honorários advocatícios.

5.2 Caso o MUNICÍPIO não efetue o pagamento integral prévio, ficará obrigado a reembolsar a FUNCAP e/ou CAP a quantia desembolsada judicialmente e demais despesas (honorários advocatícios, custas e outros), devidamente corrigidos, acrescidos de multa de 100% (cem por cento), concordando, desde já, o MUNICÍPIO para todos os efeitos, ser essa dívida líquida, certa e passível de execução.

6. RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS: MUNICÍPIO assume exclusiva responsabilidade perante os funcionários, fornecedores e prestadores de serviço eventualmente contratados para prestação dos serviços objeto deste Convênio, bem como perante os ALUNOS e seus representantes legais, quando às condições dos serviços prestados, inclusive quanto a saúde e segurança dos ALUNOS.

6.1 Para fins de saúde e segurança dos alunos durante festivais, torneios, eventos e outros, organizados pelo MUNICÍPIO, o mesmo deverá contratar 1 (um) profissional socorrista terceirizado para prestação de serviços, as suas expensas.

6.2 Caberá isoladamente ao MUNICÍPIO o cumprimento de todas as normas legais obrigatórias relativas à sua atividade (normas municipais de urbanismo, alvará de funcionamento, normas tributárias, normas de saúde pública, normas de proteção ao consumidor ou de qualquer outra índole).

7. IDENTIDADE VISUAL E DA MARCA: A escola de futebol deverá ser designada pela expressão "*Escola Furacão*", conforme orientação da FUNCAP, sem agregação de qualquer outra marca, insígnia, logotipo, denominação ou sinal distintivo no espaço físico ou aéreo das *escolas de futebol*, de acordo com padrão definido através de manual de identidade do Marketing do CAP/FUNCAP, cumprindo o MUNICIPIO o dever de realizar a identificação visual das suas instalações de acordo com as diretrizes e projetos aprovados pela FUNCAP, até o início das suas atividades (inauguração).

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

7.1 A marca *"Escola Furacão"* como também outro sinal distintivo registrado pelo CAP não poderá sofrer qualquer alteração pelo MUNICÍPIO, nem mesmo quanto às cores ou às proporções dos traços.

7.2 O MUNICÍPIO não poderá autorizar, ceder, transferir, sublicenciar ou, de qualquer forma, negociar o direito de uso da marca ou direitos derivados deste, salvo se autorizada de forma expressa e por escrito pela FUNCAP, ficando ciente o MUNICÍPIO de que a marca é de propriedade exclusiva do CAP, sendo regularmente licenciada à FUNCAP, a qual se encontra protegida pelas leis da propriedade intelectual.

7.3 Em caso de extinção deste Convênio, seja por decurso do prazo, resolução, resilição, rescisão, inadimplência ou qualquer outra modalidade de extinção, fica o MUNICÍPIO obrigado a cessar todo e qualquer uso da Marca CAP e FUNCAP, em especial a marca '*Escola Furacão*", devendo comunicar formalmente todos os seus ALUNOS sobre esta questão. Seguem abaixo as principais obrigações que deverão ser cumpridas pelo MUNICÍPIO:

a) abster-se de utilizar como material oficial da escola (em caso de permanência das atividades) os Kits Uniformes, uniforme de professores, bolas e coletes oficiais que foram adquiridos em decorrência do Convênio;
b) abster-se de utilizar o conteúdo e o know-How referente à metodologia CAP, voltada para formação técnica (ensinamento dos princípios dos fundamentos do futebol), educacional e social dos ALUNOS por meio do futebol;
c) abster-se de realizar qualquer divulgação comercial como "Escola Furacão";
d) abster-se de participar de competições com vinculação comercial à marca FUNCAP, CAP ou "Escola Furacão"; e
e) abster-se de manter em suas instalações desportivas qualquer item de comunicação visual que relacione as atividades da escola à marca FUNCAP, CAP ou "Escola Furacão", devendo todo e qualquer item que faça esta menção ser removido no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a extinção do Convênio.

7.3.1 Na hipótese de violação de qualquer destas regras ou outras similares que digam respeito à utilização indevida da marca com a finalidade comercial, o MUNICÍPIO será notificado para regularizar a questão no prazo de até 05 (cinco) dias. Não comprovando a regularização, ficará sujeito ao pagamento de multa diária na importância de R$ 100,00 (cem reais) até o cumprimento da obrigação, limitado ao valor total de R$ 10.000,00 (dez mil reais), sem prejuízo de a FUNCAP e/ou CAP adotar as medidas judiciais cíveis e criminais cabíveis.

7.4 O MUNICÍPIO compromete-se a zelar pela proteção e manutenção da marca *"Escola Furacão"*, usando-a somente de acordo com as orientações recebidas da FUNCAP; informar pontualmente à FUNCAP e ao CAP o uso indevido da marca por terceiros. MUNICÍPIO não poderá utilizar em sua denominação social, em seu nome de fantasia e em seus documentos, inclusive fiscais, a expressão "*Escola Furacão*".

7.5 Os dados do MUNICÍPIO poderão ser inseridos tanto nos materiais de Marketing quanto em documentos de comunicação junto à comunidade, alunos, familiares.

7.6 Toda e qualquer alteração da marca no curso deste Convênio que implique a alteração da identidade visual no espaço das escolas de futebol deverá ser comunicada ao MUNICÍPIO com pelo menos 06 (seis) meses de antecedência.

7.7 O MUNICÍPIO deverá utilizar uniformes oficiais de jogo com a marca "Escola Furacão" nas competições e jogos amistosos que vier a disputar, para o fim de manter a identidade visual da FUNCAP/CAP.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

70

7.7.1 A compra dos uniformes oficiais para estes jogos deverá ser realizada direta e exclusivamente da FUNCAP e, na hipótese de descumprimento desta condição, seja pela não utilização dos uniformes ou pela compra de terceiros, o Convênio poderá ser rescindido por justa causa.

8. PUBLICIDADE: A FUNCAP e o CAP reservam o direito exclusivo de veicular anúncios e propagandas de empresas parceiras e patrocinadoras em torneios, festivais, eventos e outros, bem como no material da *Escola Furacão.*

8.1 Caso o MUNICÍPIO firmar algum patrocínio com terceiros e desejar utilizar a marca do patrocinador em sua Escola, deverá enviar a solicitação à FUNCAP para que seja avaliado pelo seu Departamento de Marketing. A utilização da marca de terceiros, sem a prévia autorização da FUNCAP será considerada infração contratual e a FUNCAP poderá rescindir imediatamente o presente Convênio, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

8.2 O MUNICÍPIO está ciente de que o esforço de marketing é proporcional ao sucesso na captação de alunos, assim compromete-se a participar e veicular, campanhas de publicidade (propaganda, promoções, eventos) visando a divulgação da *Escola Furacão.*

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO MUNICÍPIO: O MUNICÍPIO declara estar ciente de que sua atuação será avaliada de forma institucional, pela FUNCAP, por meio de sistema disponibilizado via site *Escola Furacão* (*"web"*) ou de outro sistema implementado pela FUNCAP, especialmente desenvolvido para este fim, devendo tal avaliação ser compartilhada com o MUNICÍPIO, excetuada a indicação do avaliador, que será preservada.

9.1 O sistema solicitará avaliação da infraestrutura, gestão, profissionais e da metodologia CAP.

9.2 Com o propósito de verificar o efetivo cumprimento de todas as obrigações contratualmente assumidas e a qualidade do MUNICÍPIO, a FUNCAP também avaliará, periodicamente, sem prévio aviso, através de prepostos ou contratados devidamente identificados, a atuação do MUNICÍPIO, que, desde logo, assegura-lhe livre acesso a todas as dependências da *Escola Furacão* para visitas de supervisão e monitoramento de seu funcionamento, devendo o MUNICÍPIO colaborar plenamente, colocando à disposição, de imediato, todos os documentos, contratos ou informações que lhe forem solicitados, desde que inerente ao presente instrumento.

9.3 Ainda, em atendimento às obrigações previstas nesta cláusula, o MUNICÍPIO deverá cadastrar informações completas sobre os seus colaboradores, alunos e outras informações pertinentes referentes à Escola. Estas informações deverão ser cadastradas por meio de software disponibilizado pela FUNCAP e de acordo com as instruções de preenchimento que forem apresentadas pela FUNCAP.

10. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS ALUNOS: O MUNICÍPIO deverá implantar e desenvolver a Metodologia CAP, voltada para formação técnica (ensinamento dos princípios dos fundamentos do futebol), educacional e social dos ALUNOS por meio do futebol, sendo possível realização de competições para promoção da *Escola Furacão.*

10.1. Não haverá cobrança de mensalidades de alunos eis que se trata de atividade de caráter filantrópico.

10.2 A faixa etária a ser atendida pelo MUNICÍPIO será dos 3 (três) aos 13 (treze) anos e 11 (onze) meses, dividido nas seguintes classes: Mamadeira Kids (3 a 5 anos), SUB 7 (6 e 7 anos), SUB 9 (8 e 9 anos), SUB 11 (10 e 11 anos), SUB 13 (12 e 13 anos).

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

10.3 O MUNICÍPIO se obriga a contratar as suas expensas serviços de emergência médica, para atendimento aos alunos para eventual necessidade.

10.4 O MUNICÍPIO será responsável em fornecer transporte para os ALUNOS das equipes da *Escola Furacão* em caso de jogos ou campeonatos realizados fora da sede do MUNICÍPIO, seja no limite territorial do Município-Sede da *Escola Furacão*, seja em outro Município.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES: Ficam as PARTES obrigadas ao fornecimento das seguintes informações e atividades:

a) MUNICÍPIO: Relatórios de aulas, planos de aula, relatórios de performance desportiva e calendário de eventos, publicidade, marketing, conservação dos campos sejam campos de gramado, sintético ou futsal.

b) FUNCAP: Supervisão das atividades e aulas, treinamento presencial na sede em Curitiba, premiações, torneios, eventos, visita in loco na sede do MUNICÍPIO.

c) CAP: Realização de visitas à Escola Furacão por meio de seus observadores para fins de avaliação e monitoramento dos ALUNOS para fins de eventual projeção de carreira, desenvolvimento e atualização da metodologia aplicada nas Escolas Furacão,

12. RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA A FUNCAP: O presente convênio é realizado de forma não onerosa em virtude do seu caráter filantrópico, somente devendo o MUNICÍPIO adquirir os Kits Uniformes previstos na cláusula 12.1.

12.1 O MUNICÍPIO deverá adquirir da FUNCAP de forma obrigatória, a cada período de 12 (doze) meses de vigência deste Convênio, no mínimo 40 (quarenta) *Kits Uniformes* (meião, calção e camisa), totalizando o valor mínimo de R$ 6.000,00 (Seis mil reais), tendo como base o valor unitário de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais). Adicionalmente, o MUNICÍPIO deverá adquirir diretamente da Loja Oficial do CAP ou outros estabelecimentos autorizados, desde que com o selo oficial do CAP, materiais esportivos necessários para funcionamento da Escola Furacão, que são: 2 camisas, 2 calções, 1 agasalho.

12.1.1. A referida quantidade mínima de *Kits* e materiais deverá ser adquirida pelo MUNICÍPIO em até 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do presente Convênio, sob pena de rescisão automática.

12.2. Os *Kits Uniformes* referidos no item 12.1 acima poderão sofrer reajuste de preço a critério exclusivo da FUNCAP e da empresa patrocinadora de materiais esportivos do CAP. Fica garantido o valor unitário acima informado apenas paras os pedidos realizados em até 90 (noventa) dias a partir da assinatura deste instrumento.

13. PRAZO: O presente Convênio vigorará pelo **prazo de 03 (três) anos**. Durante a vigência do presente, será obrigatória a aquisição anual pelo MUNICÍPIO de no mínimo 40 *Kits Uniformes e 01 Kit Professor..*

13.1. A FUNCAP poderá romper o Convênio a qualquer tempo, sem ônus, notificando o MUNICÍPIO, com prazo de 30 (dias), via AR.

13.2. Após o término do mandato do chefe do executivo do MUNICÍPIO, será definido com a nova gestão municipal a renovação do presente Convênio.

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

ESCOLA FURACÃO

FUNDAÇÃO ATHLETICO PARANAENSE

72

14. RESCISÃO: Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações deste Convênio, incluindo as obrigações previstas no Regimento Interno e Manuais, a PARTE inocente poderá rescindir o presente Convênio, mediante notificação à outra. A PARTE inadimplente ficará responsável pelo pagamento de indenização por perdas e danos, custas judiciais e honorários advocatícios.

15. FORO DE ELEIÇÃO: Para julgar eventuais litígios decorrentes do presente, as partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba PR, com exclusão expressa de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

As Partes, inclusive suas Testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos, digitais e informáticos como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto pelo art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor na República Federativa do Brasil.

Curitiba, _____ de _____ de 2024.

_____
RAZÃO SOCIAL
Responsável
RG:
CPF:

_____
FUNDAÇÃO CLUB ATHLETICO PARANAENSE
Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha

_____
Testemunha
Rubens Jacó das Neves
RG: 7.919.542-1/PR

_____
INTERVENIENTE ANUENTE
CLUB ATHLETICO PARANAENSE
Alexandre Barreira Leitão

_____
INTERVENIENTE ANUENTE
CLUB ATLHETICO PARANAENSE
Márcio Lara

Inserido por Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco em: 12/06/2024 15:52:52.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ

1º OFICIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

PEDIDO DE CERTIDÕES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CIVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL

73

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de AÇÕES DE FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

CLUB ATHLETICO PARANAENSE

CNPJ.76.710.649/0001-68

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 18/04/2024 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 22 de abril de 2024 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Digitally signed by JOSE BORGES DA CRUZ FILHO:31628532904
Date: 2024.04.22 14:15:05 BRT

Emitida por: LUIZ
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R$ 42.95)

***** Se impressa, verificar sua autenticidade no http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica usando o codigo C2548E2C *****

PIÊN
PREFEITURA

Departamento de Licitações e Compras

PROTOCOLO Nº 3420/2024
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

74

1) OBJETIVO: Contratação do Clube Atlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município.

2) MODALIDADE: Inexigibilidade.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2024

09.002.27.812.0011.2025.3.3.90.39.00.00

6) RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

Saldo Atualizado em 18 / 06 / 2024 às 09 : 55 hrs R$ 133.662,20

(x) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
18 / 06 / 2024

7) RECURSOS FINANCEIROS:

(x) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade .
( ) Não há previsão recursos financeiros.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação

8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 229/2023
19 / 06 / 2024

Prefeitura de PIÊN

Secretaria de Administração e Finanças
Assessoria de Licitações e Contratos

DESPACHO PARA INEXIGIBILIDADE

75

PROTOCOLO Nº 3420/2024

OBJETO Contratação do Clube Atlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/21

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II – Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública

RAZÃO ESCOLHA DO CONTRATADO:
A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer solicita a contratação do Clube Atlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol de Campo em nosso Município a qual passará a chamar "Escoa Furacão". Com vistas ao incentivo da prática do esporte por crianças, adolescentes e jovens do Município de Piên, a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer visando fomentar a prática do esporte, buscou junto ao Clube Atlético Paranaense uma parceria visando oferecer aos atletas conhecimentos e metodologias utilizadas por profissionais. O Clube Atlético Paranaense tem por finalidade o desenvolvimento das relações sociais por meio da prática de atividades recreativas, culturais, artísticas e esportivas. O projeto visa o aprendizado do futebol e a prática esportiva, além do desenvolvimento de atividades que irão preparar os alunos para se tornarem cidadãos, conscientes e ativos, podendo se tornarem atletas da modalidade.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:
O preço está dentro do praticado atualmente no mercado da região.

DOCUMENTOS DO PROCESSO
[x] Requerimento e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
[x] Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei.
[x] Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido – Informações Orçamentárias e Financeiras.
[x] Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária – Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.
[x] Autorização da autoridade competente.
[ ] No mínimo 3 (três) orçamentos/cotações.
[x] Contrato Social/Requerimento do empresário/Estatuto.
[ ] Publicação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/21.

Piên, 19 de junho de 2024

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Agente de contratação
Decreto nº 24, de 23 de janeiro de 2024

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 3420/2024
Assunto: *"Contratação do Club Athletico Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município".*
Requerente: Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer
Modalidade: Inexigibilidade

Parecer Jurídico 77

1. Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria requerente para abertura de processo para *"Contratação do Club Athletico Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município".*

O processo veio acompanhado do requerimento da secretaria municipal, termo de referência, pesquisa de preço, informações orçamentárias e financeiras para custear a demanda e consulta nas certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

2. Passamos a análise jurídica

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "*ressalvados os casos especificados na legislação*".

De acordo com Lei nº 14.133/21, a licitação é dispensada (ou dispensável) nas hipóteses descritas no art. 75 e, quanto a inexigibilidade, constante no art. 74 do referido diploma legal, dispõe que "*é inexigível a licitação quando inviável a competição*".

Cabe esclarecer que a licitação é inexigível quando ocorre, no caso concreto, circunstâncias especiais, de fato ou de direito, previstas em lei, as quais se revelam inviabilizadoras de competição, afastam peremptoriamente a licitação, consubstanciando numa presunção relativa de que a licitação não pode ser realizada em razão do objeto ou em razão da pessoa ou em razão de situações excepcionais.

Quanto ao tema, a legislação preceitua no art. 74, I, da Lei 14.133/21, que:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos; (...)

No caso concreto, a exclusividade decorre do convênio anteriormente firmado entre as partes, no qual consta a necessidade de os uniformes de treino serem adquiridos junto ao Club Athletico Paranaense, haja vista a necessidade de utilização dos uniformes oficiais da marca, conforme cláusulas 7.7 e 12.1, do contrato anexo, e, portanto, resta configurada a inviabilidade de competição disposta no *caput* do art. 74 da Lei 14.133/2021.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

78

Posto isto, registra-se que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativo, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu art. 72 elenca os documentos necessários para a contratação direta através de inexigibilidade:

> Art. 72. **O processo de contratação direta**, que compreende os casos de **inexigibilidade** e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, **termo de referência**, projeto básico ou projeto executivo;
> II - **estimativa de despesa**, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - **parecer jurídico e pareceres técnicos**, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV - **demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários** com o compromisso a ser assumido;
> V - **comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação** e qualificação mínima necessária;
> VI - **razão da escolha do contratado**;
> VII - **justificativa de preço**;
> VIII - **autorização da autoridade competente**.
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No presente processo administrativo, noto que foram atendidos os requisitos da legislação, em especial, quanto ao requerimento, estimativa da despesa, demonstração da compatibilidade de recursos orçamentários, justificativa da escolha da contratada e documentos de habilitação jurídica fornecidos pela área de licitações e contratos.

A Lei de Licitações estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, neste sentido, foi anexado ao processo a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira atestada pelo setor da contabilidade.

Igualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, direciona o gestor público a obrigatoriedade de observar a lei orçamentária nos procedimentos licitatórios para que as contratações a serem realizadas estejam incluídas no Plano Plurianual e Lei Orçamentária, vejamos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Neste sentido, verifica-se a presença da autorização expressa da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para o início dos trabalhos licitatórios, atestando a existência de recursos e a regularidade orçamentária para contratação.

Além disso, as irregularidades na contratação poderão configurar crime previsto no art. 337-E do Código Penal e, de maneira solidária, o contratado e o agente público responsável poderão responder pelo eventual dano causado ao erário, vejamos:

Contratação direta ilegal

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei:
Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

79

Por fim, importante mencionar, que o art. 73 da referida Lei de Licitações prevê que se o gestor vier a contratar diretamente fora dos parâmetros e requisitos autorizados expressamente neste diploma, o contratado e o agente público "*responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis*".

3. Conclusão

Dessa forma, entendemos que o processo em comento atende os princípios insculpidos no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e, diante da inviabilidade de competição apresentada nos autos, **opinamos pela legalidade da contratação direta**, neste caso, por inexigibilidade de licitação para atender a demanda apresentada pela Secretaria requerente, com base no permissivo legal expresso no art. 74, *caput*, I, da Lei nº 14.133/21.

Ressalta-se, por fim, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica da Secretaria solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento, pelo que o presente opinativo se cinge exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

S.M.J. É o parecer.

Piên, 24 de junho de 2024.

Naiany Caroline de Araujo
Procuradora Jurídica
OAB/PR 111.206

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

Prefeitura de
PIÊN

MUNICÍPIO DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO N° 3420/2024

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 068/2024

80

Inexigibilidade de Licitação, na forma do Art. 74° caput II, da Lei Federal 14.133/21.

Objeto: Contratação do Clube Atlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município

PESSOA JURÍDICA: CLUB ATHLETICO PARANAENSE

CNPJ: 76.710.649/0001-68

VALOR: R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Dotação Orçamentária:

09.002.27.812.0011.2025.3.3.90.39.00.00

Condição de Pagamento: Depósito bancário em até 30 dias após o recebimento da N.F.

Piên/PR, 24 de junho de 2024

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

Prefeitura de PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Compras e Licitações

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico por este termo, a Inexigibilidade de Licitação **Nº 068/2024**, que tem como objeto Contratação do Clube Atlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município. em favor do proponente **CLUB ATHLETICO PARANAENSE. _CNPJ: 76.710.649/0001-68** no valor total de R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais). com base no caput II do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores, de acordo com parecer da Procuradoria Jurídica e tendo em vista os elementos que instruem o protocolo administrativo nº 3420/2024

Maicon Grosskopf

Prefeito Municipal

Prefeitura de
PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

82

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 068/2024

PROTOCOLO: 3420/2024

Objeto: Contratação do Clube Atlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: CLUB ATHLETICO PARANAENSE
CNPJ: 76.710.649/0001-68
VALOR: R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

AUTORIZAÇÃO 24/06/2024

229/2023, e considerando e considerando ainda o disposto no Art. 68 da Lei Municipal 1070/2010, Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:
Art. 1° Conceder ampliação de jornada de trabalho, em regime suplementar, de 10 horas semanais a partir de 10 de junho de 2024, à empregada pública **Michele Cabral da Rocha Lang**, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 6.088.200/SC, matrícula funcional nº 4766098, ocupante do emprego público de **Professor.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data retroagindo seus efeitos financeiros a 10 de junho de 2024.

Piên/PR, 19 de junho de 2024.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças.

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:D0CCF945

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 639, DE 19 DE JUNHO DE 2024.

PORTARIA Nº 639, DE 19 DE JUNHO DE 2024.

CONCEDE AMPLIAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO EM REGIME SUPLEMENTAR

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto 229/2023, e considerando e considerando ainda o disposto no Art. 68 da Lei Municipal 1070/2010, Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ampliação de jornada de trabalho, em regime suplementar, de 10 horas semanais a partir de 10 de junho de 2024, à servidora pública **Nadia Ribeiro**, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 9.897.749-0/PR, matrícula funcional nº 4766093, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data retroagindo seus efeitos financeiros a 10 de junho de 2024.

Piên/PR, 19 de junho de 2024.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças.

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:54224B6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 642 DE 19 DE JUNHO DE 2024

PORTARIA Nº 642 DE 19 DE JUNHO DE 2024

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 229/2023 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.366/2019,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor público **Rafael Mariante Sallet** portador da cédula de identidade civil com RG nº 97753164/PR matrícula funcional 4765953, ocupante do cargo público de **Psicólogo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Acompanhar paciente em consulta psiquiátrica	21/06/2024	Curitiba/PR	1(um)	53,00	5211/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

83

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 19 de junho de 2024.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:D3DF7F50

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 643 DE 19 DE JUNHO DE 2024

PORTARIA Nº 643 DE 19 DE JUNHO DE 2024

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 229/2023 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.366/2019,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor público **Aginaldo Krusqueveski Rodrigues**, portador da cédula de identidade civil com RG nº 5.584.147-0/PR matrícula funcional 4765689, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Assessor de Area III – Trânsito e transportes,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Assuntos administrativos referentes ao Detran	24/06/2024	Rio Negro/PR	1(um)	53,00	5265/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 19 de junho de 2024.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:E8EDCA9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 068/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 068/2024

PROTOCOLO: 3420/2024

Objeto: Contratação do Clube Atlético Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: CLUB ATHLETICO PARANAENSE
CNPJ: 76.710.649/0001-68
VALOR: R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

AUTORIZAÇÃO 24/06/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:5613013A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2022

REFERENTE A INEXIGIBILIDADE 53/2022

2º TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR E A EMPRESA GRUPO MUSICAL OS SONATAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.002.666/0001-40, sediada na Rua Amazonas, nº 373, Bairro Centro em Piên – PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, Sr. **Maicon Grosskopf**, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado em Piên – PR, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Esporte, Lazer e Cultura **Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco**, inscrita no CPF/MF sob o nº 014.410.989-17, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro **GRUPO MUSICAL OS SONATAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 80.096.357/0001-54, estabelecida na Rua Raulino Guido Hastreiter, nº 214, Bairro Boehmerwald, em São Bento do Sul/SC, Cep: 89287-705, Fone (47) 98415-7145, e-mail: sonatas@sonatas.com.br; neste ato representado pelo Sr. Edison Soncini de Lima, inscrito no CPF sob nº. 004.224.679-28, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 078/2022, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o contrato em 06 (seis) meses a partir de 01/07/2024.
Cláusula Segunda: Em razão da prorrogação, fica aditivado o valor de R$ 14.800,02 (quatorze mil e oitocentos reais e dois centavos).
Cláusula Terceira: Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

Piên/PR, 24 de junho de 2024.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:E277A3AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/2019

REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2019

5º TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR E J R ALVES SATIM – ME.

Pelo presente instrumento particular que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede na Rua Amazonas nº 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado em Piên – PR, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa **J R ALVES SATIM – ME.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.526.550/0001-28, com escritório à Rua Professor Olímpio de Oliveira, nº 44, Bairro Floriano, em Maringá/PR, CEP 87.105-038, fone (44) 3029-3215, neste ato representada por **JULIANA ROSA ALVES SATIM**, brasileira, portadora da RG. nº 84484881 SSPR/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 031.740.999-94, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 079/2019, nos termos da Lei nº 8.666/93 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber: 84

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o contrato em 6 (seis) meses a partir de 01/07/2024.

Cláusula Segunda: Tendo em vista a prorrogação o contrato fica acrescido em R$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais).

Cláusula Terceira: Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Piên/PR, 24 de junho de 2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:3CBDA2AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 021/2024 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 021/2024 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Area de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **25 de junho de 2024,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Monitor de Educação Infantil

Classificação	Nome do Candidato
21º	CAROLINE MUNHOZ DA SILVA

Cargo: Motorista

Classificação	Nome do Candidato
28º	LEANDRO SANTANA CRUZ
29º	MARCELO RODRIGO NERY
30º	CRISTIANO JOSE DA SILVA

Cargo: Auxiliar Administrativo (afro)

Classificação	Nome do Candidato
4º	LUCIANA VITAL DE OLIVEIRA

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 24 de junho de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:90B08F97

85

CONTRATO Nº 068/2024
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 068/2024

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA CLUB ATHLETICO PARANAENSE.

Pelo presente instrumento particular de aquisição que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradora Jurídica Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111.206/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Esporte, Cultura e lazer Sra. Adriana de Fátima Fragoso Bueno Franco, portadora do CPF nº 014.410.989-17, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **CLUB ATHLETICO PARANAENSE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 76.710.649/0001-68, estabelecida na Rua Buenos Aires, nº 1160, Bairro Água Verde, em Curitiba/PR, Cep: 80.250-070, Fone (41) 99261-7439, e-mail: cap.escolas@athletico.com.br; neste ato representado pelo Sr. Alexandre Barreira Leitão, inscrito no CPF sob nº. 025.314.797-24 doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos do artigo 89 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, decorrente da INEXIGIBILIDADE Nº 068/2024 devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, Lei 14.133/2021)

Cláusula primeira: O presente contrato tem por objeto a Contratação do Clube Athletico Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município o qual faz parte integrante deste contrato, bem como, demais disposições reguladoras a Lei nº14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: As especificações do serviço seguem conforme descrição abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	- Licença de 3 anos. Kits treinamento (kit aluno) contendo: - Camisa UMBRO vermelha e preta rubro-negra, 100% poliéster. - Calção UMBRO preto 100% poliéster. - Meião UMBRO preto 54% poliamida 45% algodão e 1% elastano.	KIT	120	R$ 220,00	R$ 26.400,00

DA ENTREGA E EXECUÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula segunda: Os itens objeto desse contrato deverá ser entregue em até 30 dias após a emissão do empenho na Rua Campo Grande, 184 – Ginásio de Esportes Claudio de Oliveira Mendes, Bairro Avencal – Piên PR.

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Terceira: Fica designada como fiscal do contrato ALEXANDRA APARECIDA DA CRUZ LAURINDO – Assessor de área III - Cultura – Matrícula 4765897.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

Cláusula Quarta: O contrato firmado entre as partes terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir da publicação do contrato podendo ser prorrogado pelo mesmo período caso necessário.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se compromete a fornecer os produtos/serviços durante o prazo da vigência do Contrato;

Parágrafo Segundo: A execução do contrato deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria solicitante;

Parágrafo Terceiro: A execução do contrato antes de emitida a ordem de fornecimento, nos termos do parágrafo anterior, é de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, não obrigando a CONTRATADA a adiantar os pagamentos.

Parágrafo Quarto: No caso de execução antecipada, antes da ordem de fornecimento ser emitida, nos moldes do parágrafo sexto, quando houver a existência de recursos vinculados, a CONTRATADA, desde logo, fica ciente de que o pagamento dos valores atrelados a receitas vinculadas somente será efetuado quando o recurso financeiro estiver disponibilizado em caixa da prefeitura, correndo por sua conta e risco a execução antecipada do contrato.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

Cláusula Quinta: O valor total do contrato é de R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Segundo: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro: Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor

da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

Parágrafo Quinto: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

Parágrafo Sexto: Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 141, V, Lei 14.133/2021).

Cláusula Sétima: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelo código: 09.002.27.812.0011.2025. 3.3.90.39.00.00.

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Oitava: Constitui direitos de o MUNICÍPIO receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

A CONTRATADA obriga-se a seguir o disposto no Contrato;

a) Efetuar a entrega dos bens nas condições, no prazo (e no local indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto com avarias ou defeitos;
d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;
h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Parágrafo Segundo: ***Constituem obrigações da CONTRATANTE:***

a) Efetuar os pagamentos na forma e prazos convencionados;
b) Emitir a Requisição de Empenho para início dos serviços e disponibilizar, em tempo hábil, todos os locais necessários à perfeita execução dos serviços;

c) Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos, informações, dados, elementos, necessários para a execução dos serviços, pelo contratado;
d) Fiscalizar a execução do objeto deste Contrato podendo, em decorrência, solicitar fundamentalmente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos, as quais a mesma possuirá no prazo mínimo necessário;
e) Notificar à Contratada qualquer irregularidade encontrada na execução do Contrato;

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

Cláusula Nona: Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Cláusula Décima: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Parágrafo Primeiro: **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Segundo: **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" da cláusula nona deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Terceiro: **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" da cláusula nona deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto: **Multa**:
I – **Moratória**:
a) Moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;
b) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
c) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória**:

a) Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula nona, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
b) Para a infração descrita na alínea "b" da cláusula nona, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% do valor do contrato.
c) Para a infração descrita na alínea "c" da cláusula nona, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% do valor do contrato.
d) Para a infração descrita na alínea "d" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" da cláusula nona, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sexto: Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sétimo: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.
Parágrafo Oitavo: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Décimo: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Décimo-Primeiro: Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Décimo-Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo-Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Quarto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Décimo-Quinto: O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Sexto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Arts. 104 e 137, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima-Primeira: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Segundo: O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Nesta hipótese, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato, nos termos do parágrafo anterior, ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes

do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

Parágrafo Quinto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto: No caso do parágrafo anterior, se a modificação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III – Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 75, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Segunda: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de

01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/Pr.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Terceira: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quarta Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quinta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado

Piên/PR, 25 de junho de 2024

MAICON GROSSKOPF
Prefeito
CONTRATANTE

P/P
CLUB ATHLETICO PARANAENSE
CONTRATADO

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111206

ADRIANA DE F. FRAGOSO BUENO FRANCO
Secretária de Esporte, Cultura e Lazer
Decreto nº 064/2021

TESTEMUNHAS:

Nome: Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo Assinatura: Alexandra A. C. Laurindo

Nome: Eduardo Duarte Scheivaraski Assinatura:

ATHLETICO
PARANAENSE
1924

92

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **CLUB ATHLETICO PARANAENSE (CAP)**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba/PR, à Rua Buenos Aires, 1.270, Bairro Água Verde, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.710.649/0001-68, por seu Diretor Superintendente, ALEXANDRE BARREIRA LEITÃO.

OUTORGADO: **RUBENS JACÓ DAS NEVES**, brasileiro, administrador, RG n.º 7.919.542-0, CPF n.º 035.155.659-14, com endereço profissional à rua Buenos Aires, n.º 1.260, P4, Água Verde, Curitiba/PR, CEP n.º 80.250-070.

PODERES: Pelo presente instrumento, são conferidos os poderes de representação do Outorgante para assinatura de contratos para venda de "Kits Escola Furacão" a Escolas Furacão conveniadas e Prefeituras municipais, responsabilizando-se pessoalmente por todos os atos praticados no cumprimento do mandato, cessando-se os efeitos desta procuração em 31 de dezembro de 2024.

RS UMBARÁ

Curitiba, 13 de junho de 2024.

CLUB ATHLETICO PARANAENSE
ALEXANDRE BARREIRA LEITÃO
Diretor Superintendente

SERVIÇO DISTRITAL DO UMBARÁ
Rua Izaac Ferreira da Cruz, 4200 - Curitiba - PR - Fone: (41) 3015-0234
Notário: Raul Fernandez Schuchovsky

Selo: SFTN1rGF9bj5rOpJxvOfF410q
Consulte esse selo em
https://selo.funarpen.com.br/consulta

RECONHEÇO por SEMELHANÇA a firma de: ALEXANDRE BARREIRA LEITÃO.

Curitiba-PR, 14 de junho de 2024
Em testemunho da verdade

LUCIANE SZTORC - Escrevente

SERVIÇO DISTRITAL DO UMBARÁ CURITIBA-PR

atribua a autoria de ato infracional, em conformidade com o Plano Nacional e Estadual;
II - Promover a intersetorialidade para promoção, proteção integral dos adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo;
III - Instituir pauta e agenda de compromisso conjunto para o monitoramento e avaliação do plano;
IV - Sugerir normas complementares e a adoção das medidas cabíveis para a organização e funcionamento dos programas/serviços do Sistema de Atendimento Socioeducativo;
V - Acompanhar a execução das medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços a Comunidade (PSC) no município de Piên, considerando as categorias e indicadores de qualidade do serviço de atendimento socioeducativo, conforme preconiza o SINASE;
VI - Acompanhar as avaliações periódicas do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, acompanhando o cumprimento de metas e gerando relatórios a cada intervalor de três anos;
VII - Acompanhar a aplicação de recursos oriundos dos Governos Federal, Estadual e Municipal para a execução do SIMASE.

Art. 3º Ficam designados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão:
I - Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil: Rafael Mariante Sallet (titular) e Jéssica Felski Sokalski (suplente);
II - Secretaria Municipal de Educação: Luz Marina Voigt Cordeiro Nader (titular) e Zilda Aparecida Gomes (suplente);
III - Secretaria Municipal de Saúde: Tatiane Cubas Ribas Malchovski (titular) e Fabíula Gabrielli Sura (suplente);
IV - Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer: Maria de Fátima Reck (titular) e Alecsandro Lourenço Martins (suplente);
V - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico: Jessica Diene Liebl (titular) e Ana Cássia Ferreira de Lima (suplente);
VI - Conselho Tutelar: Rosangela David dos Santos (titular) e Marcos Aurélio Mielke (suplente);
VII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Danielli dos Santos (titular) e Méri Pereira de Souza (suplente);
VIII - Secretaria Estadual de Educação: Elizangela Muziol (titular) e Cleudane Aparecida de Andrade (suplente).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên, 25 de junho de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal6

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:6BFB379D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 068/2024

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 068/2024
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 068/2024

Contratado: CLUB ATHLETICO PARANAENSE
CNPJ: 76.710.649/0001-68
Objeto: Contratação do Clube Athletico Paranaense para fornecimento de uniformes esportivos, para utilização na Escolinha de Futebol em nosso Município.
Valor: R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
Prazo de Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

Data de assinatura: 25 de junho de 2024.

Coordenação de Contratos.

Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:278CE022

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 007/2024

REFERENTE A INEXIGIBILIDADE 039/2024

93

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PIÊN-AMA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado **Município de Piên**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede e foro em Piên, Estado do Paraná, na Rua Amazonas, nº 373, Centro, neste ato representado pelo Prefeito **Sr. Maicon Grosskopf,** portador do RG nº 10.094.176-7- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE** e a organização da sociedade civil **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PIÊN - AMA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.696.848/0001-19, com endereço na Avenida Caiobá, s/nº, Trigolândia em Piên, Estado do Paraná, CEP 83.860-000, fone (41) 99801-9815, declarada de utilidade pública pela Lei nº 1390, de 17 de dezembro de 2020, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. Rodrigo de Lima Nascimento**, brasileiro, portador da CI nº 8713462-8, inscrito no CPF sob nº 040.783.289-03, residente e domiciliado na Rua Belo Horizonte, nº 273, Centro, em Piên, Estado do Paraná, doravante denominada **PROPONENTE,** resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Termo nº **007/2024**, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Solicitação de Alterações no Plano de Trabalho conforme abaixo:
Supressão no valor de R$ 18.000,00 serviços de pessoa física 33903699.
Acréscimo no valor de R$ 18.000,00 serviços de pessoa jurídica 33903999.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên. 25 de junho de 2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:0873D3C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 069/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 069/2024
CHAMADA PÚBLICA 005/2024

PROTOCOLO: 3492/2024

Objeto Celebração de parceria, por meio de Termo de Fomento, para repasse de recursos para promoção do transporte coletivo dos Universitários e Estudantes de cursos, vinculada a Associação dos Universitários de Piên (AUP), conforme chamada publica 005/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE PIÊN – A.U.P.

MUNICIPIO DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE: ISENTO
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

NOTA DE EMPENHO

94

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Req. Compra Nº
5326/2024	Ordinário	26/06/2024	3508	72542

Licitação

Tipo	Número
Processo inexigibilidade	68/2024 de 24/06/2024

Contrato/Aditivo

Sequência	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vig. atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da exe. atualizada
4290	68/2024 - SIM-AM: 682024		26/06/2024	25/06/2025		26/06/2024	25/06/2025	

Credor

Fornecedor	Matrícula	CPF/CNPJ
CLUB ATHLETICO PARANAENSE	19084-5	76.710.649/0001-68

Endereço	Bairro
RUA BUENOS AIRES, 1160	ÁGUA VERDE

Cidade/UF	CEP	Fone	Tipo de conta bancária	Banco	Agência	Conta
Curitiba/PR	80250-180	41 2105-5500	Conta Corrente	104	373	440-9

Classificação da despesa

09 SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
09.002 ÁREA DE ESPORTE/ÁREA DE LAZER
27.812.0011.2025 MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER
3.3.90.39.99.99 DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA
2880 00000 Recursos Ordinários (Livres)
Do Exercício

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
R$ 57.239,19	**R$ 26.400,00**	R$ 30.839,19

Outras informações

Histórico

Código	Nome	Marca	UM	Quantidade	Valor	Valor total
27394	KIT TREINAMENTO CONTENDO CAMISETA, CALÇÃO E MEIÃO		KIT	120,0000	220,0000	26.400,00

Certidão	Número	Validade
CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	44747312/2024	22/12/2024
CERTIDÃO FGTS	2024062018290515992830	20/07/2024
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	7D5B.E830.6FD1.082D	28/07/2024

CONTRATAÇAO DO CLUBE ATHLÉTICO PARANAENSE PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESPORTIVOS, PARA A UTILIZAÇÃO NA ESCOLINHA DE FUTEBOL EM NOSSO MUNICÍPIO.
FISCAL: ALEXANDRA LAURINDO

Forma de pagamento: EM ATE 30 DIAS
Local de entrega: GINÁSIO DE ESPORTES CLÁUDIO DE OLIVEIRA MENDES: RUA CAMPO GRANDE, 44 - AVENCAL/PIÊN.

Adriana de Fátima Franco

ADRIANA DE FATIMA FRAGOSO BUENO FRANCO

Equiplano